

**UFRRJ**  
**INSTITUTO TRÊS RIOS**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E EXATAS**  
**CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**Análise do IDH do estado do Rio de Janeiro**

**Aline Oliveira Azevedo**  
**2011**



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO TRÊS RIOS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E EXATAS  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

## **Análise do IDH do estado do Rio de Janeiro**

**ALINE OLIVEIRA AZEVEDO**

*Sob a orientação da professora*  
Diná Andrade Lima Ramos

Monografia submetida como requisito parcial para  
obtenção do grau de **Bacharel** no curso de Ciências  
Econômicas da UFRRJ, ITR.

Três Rios, RJ  
Outubro de 2011

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a professora Diná Andrade de Lima Ramos, pelo apoio oferecido, com muitas trocas de e-mails e debates. Aos demais mestres, pelo conhecimento transmitido e a diretoria do curso de Economia, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, pelo comprometimento de educar e formar profissionais competentes.

## RESUMO

Apresentamos uma análise do índice de desenvolvimento humano do estado do Rio de Janeiro com base nos dados divulgados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é o foco central desta pesquisa. No final da década de 90 o Rio de Janeiro estava em crescimento econômico, como também todo o país, porém esse crescimento ainda foi pequeno se comparado com o crescimento que outros estados brasileiros obtiveram. Apesar das melhorias nas condições de vida da população do estado, principalmente através da exploração do petróleo, que ocasionou uma melhora nos índices que compõem o IDH, ainda assim o Rio de Janeiro obteve uma queda no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDH-M) no início deste século, passando da terceira posição para a quinta. A partir da análise do IDH do Brasil e suas regiões, foi possível apresentar as características e peculiaridades do IDH do estado do Rio de Janeiro. Cabe ressaltar que, para melhor elucidar o tema, explicitamos sobre as diferenças entre desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Palavras-chave: IDH; Esperança de vida; Educação; Renda, Rio de Janeiro;

## **LISTA DE FIGURAS**

1. Cálculo do IDH.....	14
2. IDH do Brasil cresce acima da média da América Latina.....	32
3. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.....	38
4. Divisões Regionais do Estado do Rio de Janeiro .....	47

## **LISTA DE TABELAS**

1. Melhores e Piores IDH-M .....	40
----------------------------------	----

## **LISTA DE GRÁFICOS**

1. Países com IDH muito elevado .....	18
2. Países com IDH elevado .....	22
3. Países com IDH médio .....	26
4. Discrepância do IDH entre países .....	28
5. Países com IDH baixo .....	29
6. IDH-M das Unidades da Federação.....	35
7. Variação Anual do PIB do Estado do Rio de Janeiro 1990-2001 .....	44
8. Índices do IDH-M do Estado do Rio de Janeiro 1991-2000 .....	45
9. Os 10 primeiros municípios do RJ mais bem classificado quanto ao IDH .....	48

## SUMÁRIO

Resumo .....	4
Lista de figuras .....	5
Lista de tabelas .....	5
Lista de gráficos.....	5
<b>I. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>II. DESENVOLVIMENTO, SUBDESENVOLVIMENTO E ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH).....</b>	<b>10</b>
2.1 Desenvolvimento .....	10
2.2 Subdesenvolvimento.....	11
2.3 Índice de Desenvolvimento Humano .....	13
2.4 Construção e Classificação do IDH.....	14
2.5 Método de Cálculo do IDH .....	15
2.5.1 Esperança de vida ao nascer .....	15
2.5.2 Média de anos de escolaridade e anos de escolaridade esperados .....	16
2.5.3 Rendimento nacional bruto per capita .....	16
<b>III. CLASSIFICAÇÃO DE PAÍSES E TERRITÓRIOS SEGUNDO O IDH .....</b>	<b>18</b>
3.1 Grupo 1: IDH muito elevado .....	18
3.1.1 Noruega e Suécia .....	19
3.1.2 Irlanda, Listenstaine, Países Baixos e Alemanha .....	20
3.2 Grupo 2: IDH elevado .....	22
3.2.1 Chile .....	23
3.2.2 Argentina .....	
3.2.3 Uruguai .....	25
3.2.4 Brasil.....	26
3.3 Grupo 3: IDH médio .....	26
3.3.1 China.....	26
3.4 Grupo 4: IDH Baixo .....	28
<b>IV. O IDH DO BRASIL .....</b>	<b>31</b>
4.1 O Brasil e o resto do mundo .....	31
4.2 Índice de desenvolvimento humano dos municípios (IDH-M) .....	32
4.3 Brasil: seus estados e municípios .....	33
4.3.1 IDH das unidades da federação .....	34
4.3.2 Brasil: seus municípios.....	36
<b>V. O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO .</b>	<b>41</b>
5.1 O estado do rio de janeiro e sua 5º posição no ranking do idh.....	41
5.2 O IDH segundo as regiões do estado do Rio de Janeiro.....	46
5.2.1 Região metropolitana.....	48
5.2.2 Região noroeste fluminense.....	49
5.2.3 Região norte fluminense.....	51
5.2.4 Região serrana .....	52
5.2.5 Região das baixadas litorâneas .....	53
5.2.6 Região do médio paraíba .....	53

5.2.7 Região centro sul-fluminense .....	54
5.2.8 Região da costa verde .....	55
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>57</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>59</b>
ANEXO 1: IDH DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO .....	59

## I – INTRODUÇÃO

É possível encontrar diversos indicadores sociais que são utilizados para medir e avaliar o desenvolvimento econômico e social de um país, como por exemplo, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O IDH é uma forma padronizada de avaliar o nível da qualidade de vida dos habitantes de uma nação. A partir do ano de 1993, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento passou a utilizar este índice.

O IDH é de fundamental importância para o planejamento e a tomada de decisão dos gestores, pois os resultados que são medidos por este índice podem apontar quais setores precisam de melhorias políticas que atendam as necessidades dos habitantes de uma nação.

O objetivo geral desta pesquisa é apresentar os fatores que contribuíram para a queda que o Estado do Rio de Janeiro sofreu no ranking IDH-M, da terceira para a quinta posição.

Considerando o critério de classificação de pesquisa proposto por Vergara (2007), esta pesquisa foi dividida quanto aos fins e quanto aos meios. Tem-se:

- a) quanto aos fins – trata-se de uma pesquisa explicativa, pois estará explicando quais motivos fizeram o Estado do Rio de Janeiro ocupar a quinta posição no ranking do Índice de Desenvolvimento Humanos dos Municípios (IDH-M).
- b) quanto aos meios – trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica, documental porque se valerá de documentos publicados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Atlas do Desenvolvimento Humano, Relatórios do Desenvolvimento Humano, publicações oficiais de órgãos públicos) e bibliográfica, visto que para fundamentar a pesquisa será realizada investigação sobre os seguintes assuntos: pobreza, nível de renda, desigualdade, distribuição de renda, indicadores sociais e dados estatísticos.

Além desta introdução, o trabalho será dividido em mais quatro capítulos: no segundo capítulo apresentaremos o conceito sobre Desenvolvimento, Subdesenvolvimento e índice de Desenvolvimento Humano (IDH). No terceiro capítulo abordaremos a classificação de países e territórios segundo o IDH. No quarto capítulo, analisamos o IDH do Brasil. No quinto e último capítulo explicitamos sobre o Índice do Desenvolvimento Humano no estado do Rio de Janeiro, demonstrando suas características e peculiaridades.

## **II – DESENVOLVIMENTO, SUBDESENVOLVIMENTO E ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)**

O objetivo do presente capítulo é explicitar sobre desenvolvimento, subdesenvolvimento e a conceituação, construção e cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), dado que existem países com diferenças de desenvolvimento econômico e social, e este índice, que é utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), desde 1993, se propõe a avaliar o nível da qualidade de vida de uma nação.

### **2.1 - DESENVOLVIMENTO**

Para obtermos um maior entendimento sobre o IDH faz-se necessário conhecermos as diferenças entre crescimento e desenvolvimento econômico, principalmente por existir um constante debate entre os diferentes atores sociais: o poder público, os empresários e a sociedade civil. Sendo assim, cabe perguntar: Existe diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento? Três correntes estudam a diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento da seguinte maneira:

- i) A primeira corrente seria a dos Fundamentalistas, que acreditavam em seus dogmas como verdade absoluta, indiscutivelmente, sem abrir-se portanto a um diálogo, e para eles, entende não existir diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento. Seriam, portanto, termos sinônimos, tendo como principal exemplo de sua aplicação a medição do desenvolvimento com base no Produto Interno Bruto per capita de um país, o desenvolvimento aconteceria naturalmente com decorrência do crescimento econômico.
- ii) A segunda corrente trata desenvolvimento como sendo um mito. Aos pensadores que acreditam nessa vertente deu-se o nome de pós-modernistas. Entre eles destacam-se: Giovanni Arrighi, Oswaldo de Rivero, Majid Rahnema e Celso Furtado. Para Furtado

(2005, p. 75), o desenvolvimento é considerado “simplesmente irrealizável”, como pode ser visto em sua obra: *O Mito do Desenvolvimento Econômico*; e consiste na idéia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos, porém tal possibilidade estaria fora do alcance, simultaneamente, de todos os povos da terra, passando assim a ideia de desenvolvimento econômico de um simples mito.

iii) A terceira corrente acredita no desenvolvimento como liberdade de modo que só poderia ocorrer se fossem garantidos a todas as pessoas os direitos individuais. Portanto, liberdade não poderia ser entendida como renda per capita, devendo abranger questões culturais, sociais, entre outras. (VEIGA, 2005, p. 33-34).

Nesta pesquisa, compreende-se que o conceito de desenvolvimento deve estar associado a um processo amplo, contínuo e complexo de alterações estruturais das condições sociais, culturais e econômicas de uma população. O crescimento econômico analisado isoladamente não é suficiente para garantir alterações relevantes na qualidade de vida da população.

## 2.2 – SUBDESENVOLVIMENTO

O mundo apresenta um desequilíbrio econômico entre as nações que não se compara com o de nenhuma outra época. Observação essa que chamou a atenção de estudiosos após a Segunda Guerra Mundial: o mundo estava desequilibrado, pois um grande desnível econômico separava uma nação de outra. Assim, além da divisão do mundo em países capitalistas e socialistas, havia uma outra: de um lado, países ricos, poderosos e desenvolvidos, do outro lado, muitos países pobres, dependentes, subdesenvolvidos.

Fazem parte do mundo desenvolvido os países que já atingiram um alto nível de industrialização e conseguiram substituir grande parte da energia humana ou animal pela

força das máquinas a vapor, gás, eletricidade, petróleo, solar ou mesmo nuclear. Segundo Menezes (2011), as principais características dos países desenvolvidos são: dominação econômica de nações menos desenvolvidas; apresentam estrutura industrial completa, produzem todos os tipos de bens; agropecuária moderna e intensiva, emprego de máquinas e mão-de-obra especializada; desenvolvimento científico e tecnológico elevado; modernos e eficientes meios de transporte e comunicação; população urbana é maior que a população rural, são urbanizados; população ativa empregada, em principalmente, nos setores secundário e terciário; pequeno número de analfabetos; elevado nível de vida da população; boas condições de alimentação, habitação e saneamento básico; reduzido crescimento populacional; baixa taxa de natalidade e mortalidade infantil; elevada expectativa de vida.

Os países subdesenvolvidos são caracterizados por apresentar dependência econômica e grandes desigualdades sociais. Conforme aponta Menezes (2011), as principais características desses países são: passaram por um grande processo de exploração durante o período colonial, tornando-se colônia de exploração; baixo nível de industrialização; dependência econômica, política e cultural em relação às nações desenvolvidas; deficiência tecnológica e baixo nível de conhecimento científico; rede de transporte e meios de comunicação deficientes; baixa produtividade na agricultura que geralmente emprega numerosa mão-de-obra; população ativa empregada principalmente nos setores primários ou no setor terciário em atividades marginais (camelôs, trabalhadores sem carteira assinada, etc); cidades com crescimento muito rápido e cercada por bairros pobres e miseráveis; baixo nível de vida da maioria da população; elevada taxa de natalidade e mortalidade infantil; expectativa de vida baixa se comparada aos países desenvolvidos.

A deficiência tecnológica deve-se aos poucos investimentos em pesquisas que são feitos pelos países pobres, e como consequência disto, estes países acabam utilizando tecnologias dos países desenvolvidos e pagando direitos de patentes.

Normalmente, países subdesenvolvidos possuem grandes dívidas com instituições financeiras internacionais e geralmente exportam para as nações ricas produtos primários – não industrializados, como por exemplo, café, cacau, soja, algodão, etc. As importações, por sua vez consistem basicamente em artigos manufaturados – industrializados, e tecnologia avançada, aviões, computadores, máquinas automatizadas, etc. Os artigos importados têm preços bem mais altos que os exportados, evidenciando assim as relações comerciais desfavoráveis para os países pobres.

### 2.3 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

O Índice de Desenvolvimento Humano é uma análise que leva em consideração três dimensões: saúde, educação e padrões de vida das populações. Foi criado pelo economista Mahbud Ul Haq (1934-1998). Trata-se de um influente e renomado economista paquistanês, pioneiro da Teoria do Desenvolvimento Humano e criador do Relatório de Desenvolvimento Humano.

A abordagem desenvolvida por tal índice oferece um detalhe maior em relação ao bem estar humano, e não somente aos aspectos econômicos. O IDH é um importante instrumento para identificar as evoluções e desenvolvimentos dos países.

Na avaliação da qualidade de vida da população, é necessário ter a preocupação com variáveis que afetam diretamente o bem-estar da população, tais como saúde e educação, que precisam ser consideradas de forma primordial. Se não é fácil mensurar a produção de um país, e saber se houve ou não aumento da lucratividade nacional, entretanto para medir e, principalmente, avaliar a qualidade de vida e conforto de uma

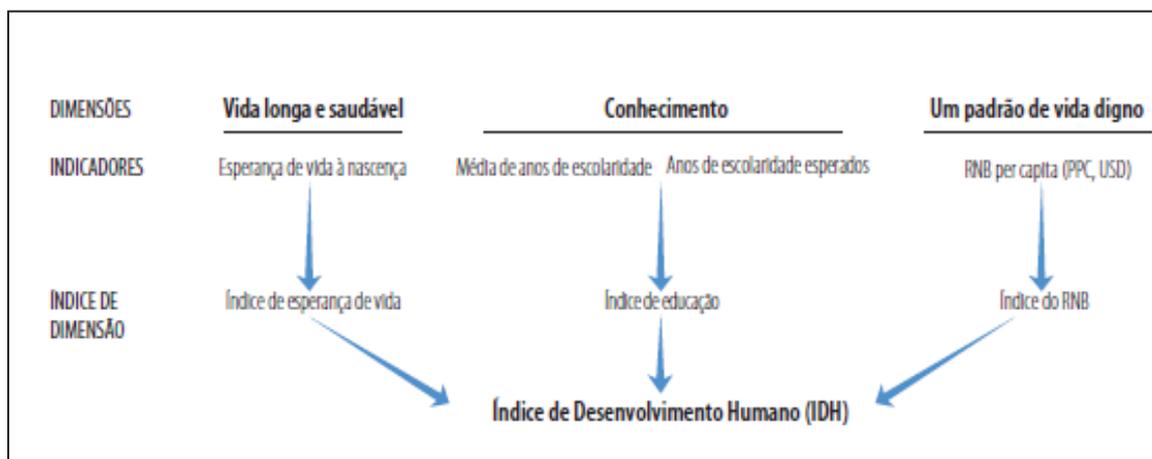
nação é bem mais complexo, devido às dificuldades de interpretação e utilização de metodologias para tal análise.

A preocupação com os problemas sociais, como o alto índice de desemprego, concentração da renda, analfabetismo, falta de acesso à educação pública de qualidade, saneamento básico ineficiente ou inexistente, violência e uma rede de assistência médica insuficiente, faz com que o uso de indicadores estatísticos, para o planejamento de políticas públicas, se torne cada vez mais fundamental nas ações governamentais.

## 2.4 – CONSTRUÇÃO E CÁLCULO DO IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado em 1990 na intenção de medir o desenvolvimento humano dos países, levando em conta três dimensões básicas: “saúde, educação e padrões de vida” (PNUD, 2010). A figura abaixo esquematiza como é calculado o IDH, utilizado no Relatório de Desenvolvimento Humano 2010.

Figura 1 – Cálculo do IDH



Fonte: PNUD (2010, p. 224)

Podemos observar na figura 1 que, através da análise de indicadores e do acompanhamento dos índices de dimensão, é possível averiguar a qualidade de vida da população de um país. Quanto mais desenvolvida for uma nação, espera-se que maior seja

a expectativa de vida de seus habitantes, maior índice de educação e maior nível de renda per capita.

## 2.5 – MÉTODO DE CÁLCULO DO IDH

O IDH é uma medida do desenvolvimento humano. Conforme apresentado na figura 1, antes de calcular o IDH é necessário criar um índice para cada uma das três dimensões: o índice da esperança de vida, índice da educação e índice do rendimento nacional bruto (RNB). De acordo com PNUD (2010, p. 225), para o cálculo destes indicadores de dimensão – índice de esperança de vida, educação e RNB – são escolhidos valores mínimos e máximos para cada indicador primário. O desempenho de cada dimensão é expresso como um valor entre 0 e 1, sendo o país ou território mais bem classificado quanto mais próximo de 1 estiver. Abaixo segue a fórmula geral:

Fórmula 1 – Fórmula geral de cálculo dos indicadores de dimensão

$$\text{Índice de dimensão} = \frac{\text{Valor Real} - \text{Valor Mínimo}}{\text{Valor Máximo} - \text{Valor Mínimo}}$$

Fonte: PNUD (2010, p. 225)

O IDH é, então, a média geométrica dos três índices de dimensão.

Abaixo são apresentados os valores máximos e mínimos e as respectivas fórmulas para o cálculo dos indicadores de cada dimensão, e a explicação do que mede cada indicador utilizado na construção do IDH de um país, de acordo com o PNUD (2010, p. 13):

2.5.1 – ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER: este indicador mede a esperança de vida ao nascer. Os valores máximo e mínimo foram definidos pelo PNUD (2010, p. 225). Para o valor máximo foi definido 83,2 anos e para o valor mínimo 20 anos. Para calcular o índice de dimensão da esperança de vida utilizamos a fórmula 1.

2.5.2 – MÉDIA DE ANOS DE ESCOLARIDADE E ANOS DE ESCOLARIDADE ESPERADOS: o primeiro indicador apresenta o valor máximo de 13,2 anos e valor mínimo de 0 ano, definidos no PNUD (2010, p. 225), e consiste no número médio de anos de educação recebidos pelas pessoas de idade a partir de 25 anos durante o seu tempo de vida, com base nos níveis de educação alcançados pelas populações e convertidos em anos de escolaridade baseados nas durações teóricas de cada nível de educação frequentado. Já o segundo indicador, anos de escolaridade esperados, apresenta valor máximo e mínimo respectivamente de 20,6 e 0 ano, consistindo no número de anos de escolaridade que uma criança em idade de entrada na escola pode esperar receber. Após o cálculo do índice da média de anos de escolaridade e do índice de anos de escolaridade esperados com a utilização da fórmula 1, utilizaremos o índice de educação combinado definido pelo PNUD (2010, p. 225) com os valores máximo e mínimo, respectivamente de 0,951 e 0, para então, calcularmos Índice da Educação:

Fórmula 2 – Fórmula do cálculo do índice de educação

$$IE = \frac{\text{Ind. média anos escolaridade}^{1/2} \times \text{Ind. de anos escolaridade esperados}^{1/2} - 0}{\text{Índice de educação combinado} - 0}$$

Fonte: PNUD (2010, p. 225 a 226)

2.5.3 – RENDIMENTO NACIONAL BRUTO PER CAPITA: o rendimento per capita é definido pelo PNUD (2010, p. 225), com valor máximo e mínimo, respectivamente de 108,211 e 163,0. Segundo o PNUD, é o somatório do valor acrescentado por todos os produtores residentes na economia e no estrangeiro, e de quaisquer impostos sobre os produtos (menos os subsídios) não incluídos na valorização da produção, mais as receitas

líquidas do rendimento primário (compensação de empregados e rendimentos prediais) do exterior, dividido pela população no meio do ano.

O rendimento nacional bruto per capita substituiu o produto interno bruto per capita no cálculo do IDH a partir de 2010 para incluir o rendimento de remessas externas e do apoio internacional ao desenvolvimento.

Fórmula 3 – Fórmula do cálculo do índice do RNB

$$\text{Índice do RNB} = \frac{\ln(\text{Valor Real}) - \ln(\text{Valor Mínimo})}{\ln(\text{Valor Máximo}) - \ln(\text{Valor Mínimo})}$$

Fonte: PNUD (2010, p. 226)

Já com os três índices das dimensões calculados – esperança de vida, educação e RNB, pode-se de calcular o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de determinada região (país, estado ou município). A determinação do IDH será uma média geométrica dos três índices, conforme apresentado na fórmula abaixo:

Fórmula 4 – Fórmula de cálculo do IDH

$$IDH = I_{Vida}^{\frac{1}{3}} \times I_{Educação}^{\frac{1}{3}} \times I_{Rendimento}^{\frac{1}{3}}$$

Fonte: PNUD (2010, p. 225)

O IDH isolado não nos permite maiores conclusões, contudo quando comparado com os IDH's de outras regiões ou com índices de períodos anteriores, é possível avaliar em que dimensão necessita-se melhorar o indicador de qualidade de vida de uma população.

### III – CLASSIFICAÇÃO DE PAÍSES E TERRITÓRIOS SEGUNDO O IDH

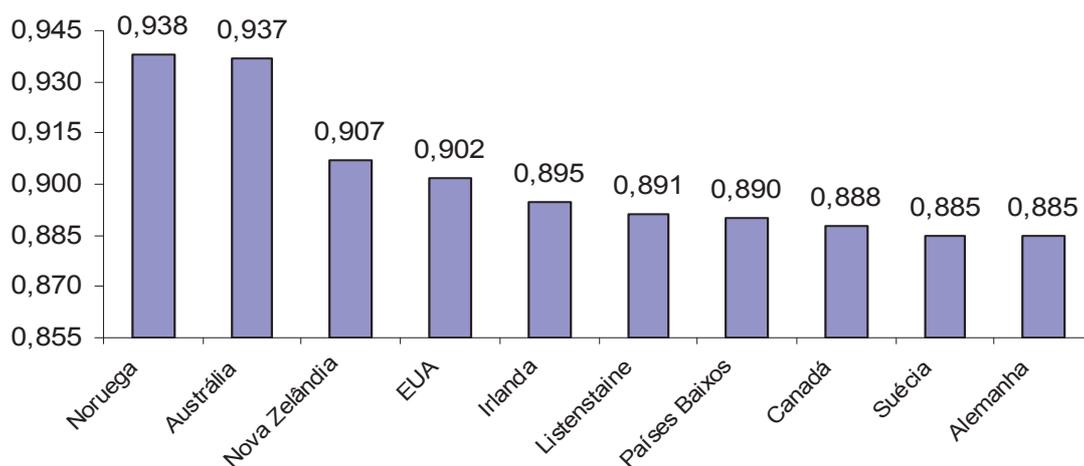
O objetivo deste capítulo é apresentar a divisão dos países e territórios em quatro grandes grupos: os de IDH muito elevado, elevado, médio e baixo, segundo o PNUD (2010). Quanto mais próximo de 1 for seu IDH, maior será o grau de desenvolvimento deste país ou território.

Segue abaixo a relação com a classificação dos 10 primeiros países mais bem classificados quanto a sua categoria, onde serão abordadas algumas características de alguns países e territórios, porém nem todos, visto que isto não é o foco desta pesquisa. Os dados foram apresentados pelo PNUD (2010, p.151).

#### 3.1 – GRUPO 1: IDH MUITO ELEVADO

O gráfico 1 destaca os dez países mais bem classificados quanto ao IDH muito elevado. Os países que estão incluídos no IDH muito elevado são aqueles onde o rendimento é elevado, oferecem melhores oportunidades de educação e também apresentam os melhores índices de longevidade.

Gráfico 1 – Países com IDH muito elevado



Fonte: PNUD (2010, p. 151)

Entre os dez países que possuem o IDH muito elevado, podemos destacar a presença de seis países europeus<sup>1</sup>:

### 3.1.1 – NORUEGA E SUÉCIA

Noruega e Suécia fazem parte da Europa Nórdica, situada no extremo norte da Europa, são países caracterizados por serem de alto padrão de vida social e economias estáveis. Com pouca população e muito dinheiro circulando em seus territórios, esses países distribuem bem suas riquezas.

Como nação histórica de navegadores, a Noruega depende, ainda, grandemente da pesca e da exportação de peixes. Aliado a isto, exporta madeira que compõe a espinha dorsal de sua economia. A economia norueguesa é próspera, com um capitalismo de bem-estar caracterizado por uma combinação da atividade do mercado livre com a intervenção do governo. As áreas chave estão sob controle do governo, tais como o setor vital do petróleo. O país escandinavo<sup>2</sup> é um país rico em petróleo e minerais, apresenta um baixo índice de natalidade e com isso uma população de aproximadamente 4,7 milhões de habitantes, possibilitando ao governo investir cada vez mais no bem estar social, contribuindo para o desenvolvimento da saúde e educação, garantindo uma renda per capita elevada.

A Suécia, após um período de recessão, com aumento do desemprego e altas taxas de inflação no começo da década de 1990, foi capaz de atingir o crescimento sustentável através de ajustes fiscais e dinamização da economia. Possui um extensivo programa de bem-estar social. Além disso, os serviços públicos como a saúde e a educação, estão entre os mais elogiados do planeta.

---

1 Noruega, Irlanda, Listenstaine, Países Baixos (Holanda), Suécia e Alemanha.

2 Os povos escandinavos são os suecos, os noruegueses, os dinamarqueses, os islandeses, além dos finlandeses e dos lapões.

### 3.1.2 – IRLANDA, LISTENSTAINÉ, PAÍSES BAIXOS E ALEMANHA

A Europa Central é conhecida como o centro geoeconômico da Europa, por agrupar os países mais ricos e influentes do mundo. Esta região é formada por quatorze<sup>3</sup> nações, entre elas estão Irlanda, Listenstaine, Países Baixos (Holanda) e Alemanha que aparecem entre os dez primeiros países que possuem um IDH muito elevado.

A Irlanda, em meados dos anos 1980 enfrentou uma série de dificuldades graves, como crescimento lento, baixa produtividade, impostos elevados, crescente desemprego e um rápido aumento da dívida nacional. Para lidar com esses problemas, o governo, empregadores e os sindicatos concordaram em fazer, em 1987, um programa de três anos de recuperação nacional. Esta estabilização enfatizou o aspecto monetário e fiscal, com a elaboração de uma reforma tributária, e de desenvolvimento setorial com base no consenso. A população teve grande participação nesse programa. A Irlanda de crescimento lento, foi impulsionada por um aumento no número de trabalhadores, de 1,2 milhões em 1993 para 1,8 milhões em 2003, e com isto as taxas de desemprego caíram e grande número de mulheres entraram no mercado de trabalho, contribuindo para a distribuição da renda e favorecendo o desenvolvimento sócio-econômico do país.

Situada Entre a Áustria e a Suíça, com apenas 162 km<sup>2</sup> de extensão e uma população de 33 mil habitantes, dos quais cerca de 38% são estrangeiros, Listenstaine é um dos menores países da Europa. Poderia passar despercebido se não fosse sua notável prosperidade e qualidade de vida. Mas como um país tão pequeno e sem grandes recursos naturais consegue ser tão rico? Listenstaine soube aproveitar bem os fatores favoráveis, dentre os quais a beleza de suas paisagens, aliada a uma excelente rede hoteleira, que fizeram do turismo sua principal fonte de receita.

---

3 Alemanha, Áustria, Bélgica, França, Holanda, Irlanda, Itália, Listenstaine, Luxemburgo, Mônaco, Reino Unido, San Marino, Suíça e Vaticano.

Outro fator que impulsionou o seu desenvolvimento é a política de incentivos que transformou o país num paraíso fiscal, atraindo sedes de diversas multinacionais para se instalarem em seu território, devido à ausência de impostos.

É um país onde não existem analfabetos. Apresenta uma das maiores rendas per capita do continente europeu, altamente seguro para a população, pouca poluição e com paisagens maravilhosas. Isto atrai anualmente milhares de turistas para Listenstaine. Com todos estes atributos o país consegue atingir um IDH de 0,891 e ocupar a sexta colocação no ranking do PNUD (2010) quanto ao IDH muito elevado.

Na Idade Média, um forte desenvolvimento econômico fez dos Países Baixos (Holanda) uma das áreas mais ricas da Europa. A agricultura, juntamente com o artesanato e o comércio com cidades ricas da Ásia e do Norte da África, transformaram a Holanda em uma região onde a atividade econômica estabelecida favoreceu o crescimento sustentável. Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a Holanda foi invadida e ocupada pelos alemães (1940), e todo o país começou a sofrer o fardo da guerra e do crescente terror alemão. Após os anos difíceis de reconstrução, a Holanda consegue atingir um crescimento econômico contínuo e rápido na segunda metade do século XX, e hoje a Holanda é a sétima nação mais bem classificada quanto ao índice de desenvolvimento humano pelo PNUD (2010, p. 151).

Alemanha<sup>4</sup> é um dos países mais fortes político e economicamente no mundo, em decorrência do elevado PIB e do desenvolvimento econômico, tecnológico e militar. O país se caracteriza pela elevada condição de vida de sua população e prosperidade econômica.

A prosperidade econômica da Alemanha no pós-guerra se baseou sobretudo no grande desenvolvimento industrial. Durante os vinte primeiros anos de existência do

---

4 Depois da Segunda Guerra Mundial, a Alemanha ficou dividida numa parte ocidental, a República Federal da Alemanha, com um regime democrático, e numa parte oriental, a República Democrática da Alemanha, com um regime comunista. O Muro de Berlim tornou-se o símbolo dessa divisão. O Muro de Berlim caiu em 1989 e a Alemanha foi reunificada um ano mais tarde.

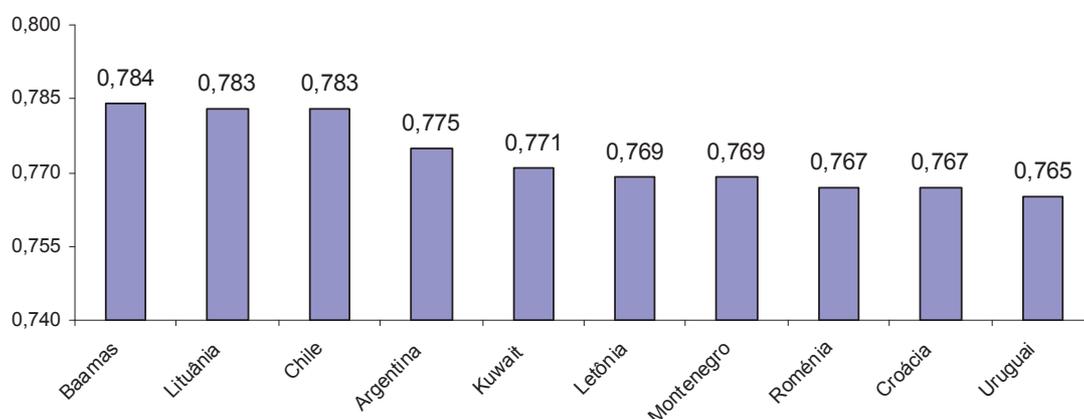
Estado, as principais atividades produtivas foram a extração de carvão, ferro e outros minerais, assim como a indústria siderúrgica. A situação começou a modificar-se a partir dos últimos anos da década de 1960, quando se tornaram evidentes o esgotamento ou a perda de rentabilidade de algumas regiões mineiras do país. Desde então, o papel de motor do desenvolvimento econômico passou para as indústrias de transformação, cuja produção se tornou uma das mais importantes do mundo pela qualidade e avançada tecnologia.

A sociedade alemã é moderna e aberta. A maioria das pessoas tem um bom nível de formação, um bom padrão de vida.

### 3.2 – GRUPO 2: IDH ELEVADO

O gráfico abaixo destaca os dez países mais bem classificados quanto ao IDH elevado. Podemos melhor visualizar a classificação quanto ao IDH de uma forma mais dinâmica.

Gráfico 2 – Países com IDH elevado



Fonte: PNUD (2010, p. 151)

Nesta faixa de classificação os países segundo o seu IDH, já começam a aparecer alguns países da América Latina. O país mais bem classificado na América Latina é o Chile, na 45ª posição, com um IDH de 0,783; logo após aparece a Argentina na 46ª posição, com um IDH de 0,775, seguido do Uruguai na 52ª posição com um IDH de 0,765;

o Brasil, figura na 73ª posição com o IDH de 0,699. Abaixo seguem algumas explicações que ajudam a compreender a classificação destes países no Relatório do Desenvolvimento Humano (2010).

### 3.2.1 – CHILE

O Chile é hoje um dos poucos países da América Latina a apresentar, por longo período, uma combinação de crescimento econômico e baixa taxa de inflação. A partir do golpe militar ocorrido em 11 de setembro de 1973, a política econômica do governo socialista de Allende é abandonada. A nova política econômica implementada dá destaque à abertura da economia chilena aos capitais externos. Isto foi fundamental e sustentou as bases do crescimento econômico com estabilidade, observado na economia do Chile na segunda metade dos anos 80 e na década de 90. O país cresceu puxado pela expansão do setor externo, e pelo desenvolvimento de mecanismos internos de poupança, como os fundos de pensões.

Após a redemocratização do país, a partir dos anos 90, os principais indicadores da economia chilena começavam a apresentar resultados positivos relacionados ao crescimento econômico e a redução dos níveis de pobreza, e melhoria na distribuição de renda. O Chile apresenta uma expectativa média de vida de 78,5 anos, a maior entre os países da América Latina que figuram na classificação do IDH elevado. A educação chilena apresenta uma taxa de alfabetização de 95,2%, e nas últimas quatro décadas, a educação passou por uma revolução. Primeiro, passou a atender a totalidade das crianças e jovens entre 6 e 17 anos. Em seguida, aumentou a participação da rede particular subvencionada e transferiu para os municípios a responsabilidade de administrar escolas.

De acordo com o site Portal Brasil (2010), o Chile apresenta uma infra-estrutura moderna, atingindo um PIB de aproximadamente US\$ 246,0 bilhões. Com uma população

de aproximadamente 16,7 milhões de habitantes, os chilenos possuem uma renda per capita de aproximadamente US\$ 4.990,00.

### 3.2.2 – ARGENTINA

Segundo Fiori (2006), no final do século XIX, depois do fim da Guerra do Paraguai, entre 1870 e 1914 a economia e a sociedade argentina viveram uma "Idade de Ouro". Neste período de 34 anos, o PIB argentino cresceu de forma contínua, a uma taxa média de cerca de 7% ao ano - a maior do mundo, no período - ao mesmo tempo a renda per capita dos argentinos cresceu a uma taxa de 3,8%, igualmente, a maior do mundo. O crescimento da economia Argentina, depois da Guerra do Paraguai, foi liderado, na maior parte do tempo, pela exportação agro-pastoril, mas se deu também na indústria, e na maior parte do tempo, foi também induzido pelos investimentos na construção da extensa rede ferroviária que integrou o mercado nacional argentino. Na véspera da 1ª Guerra Mundial, a Argentina era o país mais rico do continente latino-americano, era um dos dez países mais ricos do mundo, e tinha todas as condições para se transformar na potência hegemônica da América Latina, e numa potência econômica mundial. Mas não foi isto que aconteceu. Sobretudo depois de 1930, quando a Argentina começa a perder o impulso econômico da sua Idade de Ouro, sofre um processo social de fragmentação política, cada vez mais profundo e radical.

Conforme afirma Fiori, foi nas décadas de 1930 e 1970 que a economia argentina perdeu de fato, o seu fôlego expansivo, atrasando-se frente aos seus concorrentes mais próximos. Exatamente nas duas décadas em que a Argentina enfrentou duas grandes crises

internacionais<sup>5</sup>, e respondeu à turbulência global reforçando sua opção do século XIX, por uma "economia aberta".

Argentina apresenta hoje, segundo consta no Portal Brasil (2010), uma renda per capita alta, aproximadamente US\$ 14.332,00, apesar de possuir uma população de 41,0 milhões de habitantes. O PIB argentino é de aproximadamente US\$ 523,7 bilhões. A Argentina possui uma taxa de analfabetismo de 2,4%, e o nível educacional da população argentina seguiu sendo, quase o dobro da brasileira até o final do século XX. A expectativa de vida é de 75,3 anos. Todos estes fatores contribuem para o país ter um IDH elevado.

### 3.2.3 – URUGUAI

Da mesma forma que os demais países da região, nos anos de 1990 o Uruguai aderiu às reformas políticas de abertura econômica e diminuição do Estado. No início da década, quando a dolarização na Argentina entrou em crise, a economia do Uruguai sofreu consequências. O sistema financeiro uruguaio entrou em colapso devido à retirada dos investimentos em dólares de origem argentina. Nesse período o crescimento do PIB que se mantinha até então em torno de 5 % ao ano, caiu. A economia do Uruguai só voltou a crescer em 2004, impulsionada pelas exportações.

O investimento no bem-estar social, a educação de alto nível e o atendimento médico de qualidade são características tão marcantes do Uruguai que, desde o fim do século XIX, o país é conhecido como “a Suíça da América”.

O Uruguai com uma população de 3,4 milhões de habitantes e um PIB de US\$ 37,3 bilhões apresenta uma renda per capita de aproximadamente US\$ 6.070,00, segundo dados do site Portal Brasil (2010). A expectativa média de vida dos uruguaios ultrapassa os 70 anos e taxa de analfabetismo gira em torno de 2,2%.

---

5 A Grande Depressão de 1929 e dois choques petrolíferos em 1973 e 1979.

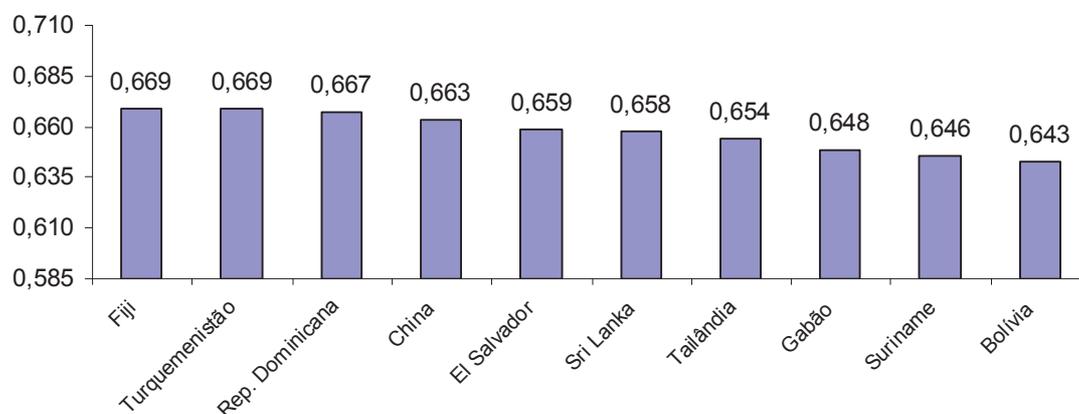
### 3.2.4 – BRASIL

O Brasil é o quinto país da América Latina mais bem classificado no Relatório do Desenvolvimento Humano (2010). Um país com uma população de aproximadamente 193,0 milhões de habitantes, com um PIB girando em torno de US\$ 1,995 trilhões, expectativa média de vida de 72,4 anos e taxa de alfabetização de 90%. O desenvolvimento humano no Brasil será tratado no capítulo IV desta pesquisa.

### 3.3 – GRUPO 3: IDH MÉDIO

O gráfico abaixo apresenta os dez países mais bem classificados quanto ao IDH médio, conforme aponta o Relatório de Desenvolvimento Humano (2010, p. 152). Em geral os países que possuem o IDH médio, são países subdesenvolvidos e de diversos continentes.

Gráfico 3 – Países com IDH médio



Fonte: PNUD (2010, p. 151)

#### 3.3.1 – CHINA

Nesta terceira classificação há de se destacar a China. País considerado uma potência econômica no mundo globalizado, considerada a segunda maior economia do planeta, perdendo apenas para os EUA.

A China passou nos últimos 30 anos, de uma economia de planejamento centralizado e, em grande parte, fechado ao comércio internacional, para uma economia mais orientada ao mercado, com um setor privado em acelerado crescimento. Hoje, a China é um importante parceiro comercial para muitas nações. Tornou-se membro da OMC (Organização Mundial do Comércio) em 2001. Seu PIB fica atrás apenas dos EUA, considerando o poder de paridade de compra das moedas. Desde 1978, ano do início das reformas econômicas, o PIB chinês tornou-se dez vezes maior. O PIB per capita, entretanto, ainda é equivalente ao de um país em desenvolvimento e inferior ao do Brasil.

Conforme Bernardo Cervellera (2011), se no tempo de Mao Tsé-tung, a sociedade chinesa podia ser considerada horizontal, agora ela é representada por uma pirâmide em cujo topo se encontram os chefes do Partido Comunista e seus filhos, junto a cerca de 3 milhões de pessoas consideradas ricas (cerca de 400 mil reais de renda cada uma). Mil dentre eles (os muito ricos) possuem de 30 a 40 milhões de reais, enquanto três quartos da população sobrevivem com cerca de cem reais por mês.

O rápido crescimento da China traz muitos desafios para o governo chinês e um novo estilo de vida para os chineses. Existe, por exemplo, uma elevada migração de jovens camponeses para os grandes centros urbanos como Shanghai, Hong Kong e Beijing, que se incham rapidamente. Além do problema da poluição derivada da exploração das jazidas de carvão que dispõem.

A necessidade premente, devido a dificuldade de adquirir todo o petróleo que precisa, e a insegurança de poder continuar a recebê-lo no futuro e crescentes aumentos dos preços do barril, fizeram com que os chineses se lançassem a explorar todas as jazidas de carvão de que possuem.

Sabe-se que um dos motores da economia chinesa é a mão-de-obra barata. Mais de 70 milhões de ex-agricultores migram em busca de emprego às grandes cidades. Fábricas e

canteiros de obras estão cheios de operários remunerados com salários irrisórios. A China se tornou a nação que recebe os maiores investimentos estrangeiros. Em 2004 recebeu mais de 60 bilhões de dólares.

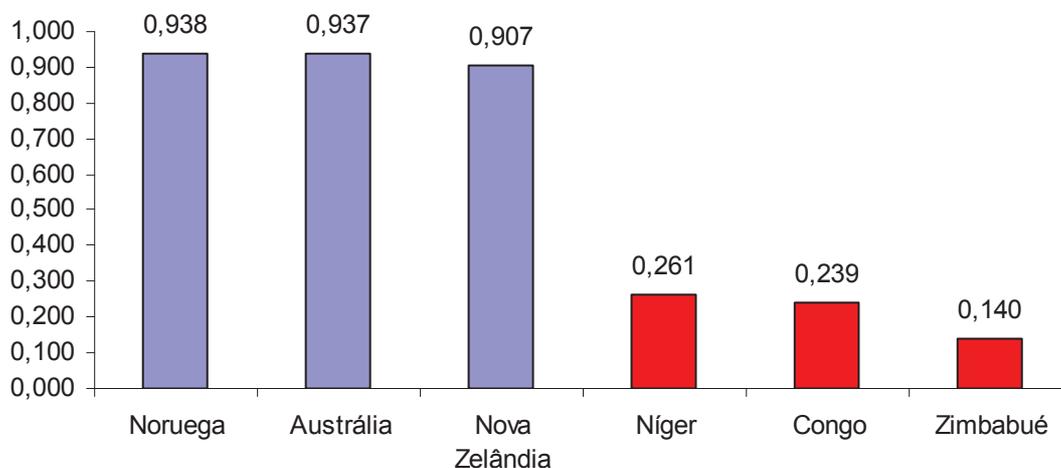
No campo educacional chinês, pelo menos 80% dos filhos dos camponeses abandonam a escola antes do tempo para poderem trabalhar e se manter. Há pais que vendem, literalmente, seu sangue ou seus órgãos, para que os filhos possam frequentar a universidade. Enquanto isso, os filhos dos ricos emigram para os grandes centros ingleses ou americanos para completarem sua formação.

Todas estas contradições na sociedade chinesa fazem com que ela fique atrás de países como Armênia, Ucrânia, Irã, Geórgia, Azerbaijão e Tailândia.

### 3.4 – GRUPO 4: IDH BAIXO

Nesta quarta e última classificação dos países e territórios quanto ao IDH, apresentamos o gráfico 4 que demonstra a discrepância entre os três primeiros países mais bem classificados no ranking (em azul) e os três últimos classificados (em vermelho).

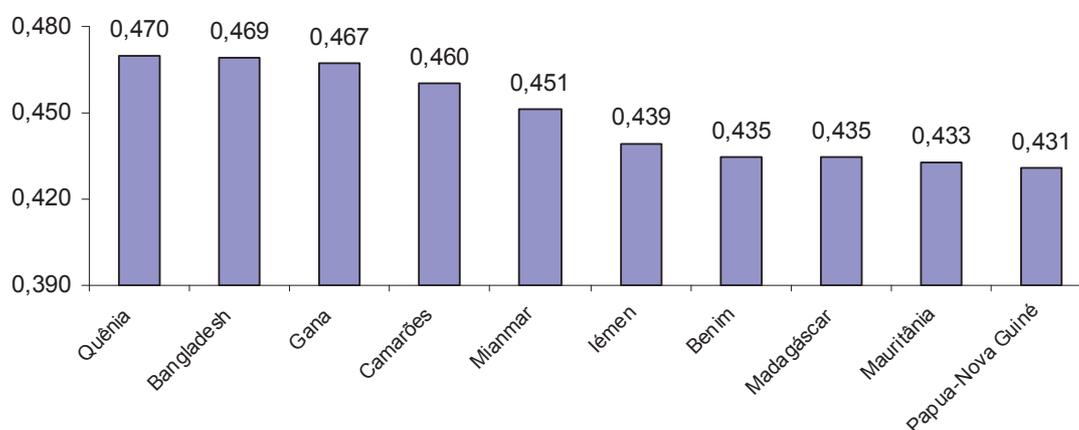
Gráfico 4 – Discrepância do IDH entre países



Fonte: PNUD (2010, p. 151)

Chama a atenção, que entre os quarenta e dois países listados no relatório do PNUD (2010) com os mais baixos IDH's do mundo, podemos constatar a presença de trinta e quatro nações africanas. O gráfico 5 contém os dez últimos países classificados no Relatório de Desenvolvimento Humano (2010, p. 153), quanto ao IDH baixo:

Gráfico 5 – Países com IDH baixo



Fonte: PNUD (2010, p.153)

A África foi, desde a antiguidade, procurada por povos de outros continentes, que buscavam as suas riquezas naturais como sal e ouro. A atual divisão territorial da África, no entanto, é muito recente, de meados do século XX. A África subdivide-se em duas principais regiões: Norte da África, região ao norte do Deserto do Saara; e África Subsaariana, região ao sul do Deserto do Saara.

No fim da década de 70, quase toda a África havia se tornado independente de seus colonizadores europeus. Os jovens estados africanos enfrentam vários problemas básicos, como o desenvolvimento econômico, o neocolonialismo e a incapacidade de se fazerem ouvir nos assuntos internacionais.

A África é o continente mais pobre do mundo. Cerca de 1/3 dos habitantes da África vivem com menos de 1 dólar ao dia, abaixo do nível da pobreza definido pelo Banco Mundial. O avanço de epidemias, o agravamento da miséria e os conflitos armados levam esta região a um verdadeiro caos social. Além disso, quase 2/3 dos portadores do vírus HIV do planeta vivem neste continente. O atraso econômico e a ausência de uma sociedade de consumo em larga escala, colocam o mercado africano em segundo plano no comércio mundial. O PIB total da África é de apenas 1% do PIB mundial e o continente participa de apenas 2% das transações comerciais que acontecem no mundo.

A nação mais industrializada do continente é a África do Sul, que alcançou relativa estabilidade política e desenvolvimento. Possui sozinha 1/5 do PIB de toda a África..

Grande parte dos países africanos possui parques industriais pouco desenvolvidos, enquanto outros nem se quer são industrializados, vivendo basicamente da agricultura. Porém, já foram implantados notáveis centros industriais no Zimbábue, Egito e Argélia.

Os países africanos apresentam problemas estruturais na área hospitalar, educacional e econômica. A expectativa de vida de um africano é de aproximadamente 40 anos. O analfabetismo, por exemplo, é de aproximadamente 40%. O resultado de todos esses problemas crônicos é refletido no IDH, pois os índices dos países africanos são baixíssimos.

Neste capítulo explicitamos sobre a classificação do IDH, demonstrando através de gráficos os índices de diversos países do mundo, com destaque para os países africanos, pois os mesmos possuem os piores índices calculados pelo Relatório do Desenvolvimento Humano (2010).

## **IV – O IDH DO BRASIL**

Neste capítulo buscaremos entender os fatores que levaram o Brasil a obter uma classificação inferior a de diversos países da América do Sul, segundo podemos verificar no Relatório do Desenvolvimento Humano (2010), divulgado pelo PNUD.

Para uma análise mais profunda considerando as grandes dimensões geográficas do Brasil, faremos uma abordagem do IDH segundo os estados e municípios brasileiros. Assim, será possível evidenciar as diferenças socioeconômicas. É possível encontrar regiões brasileiras com IDH equivalente ao dos países ricos e desenvolvidos. Por outro lado, há regiões com IDH equivalente a países pobres e miseráveis.

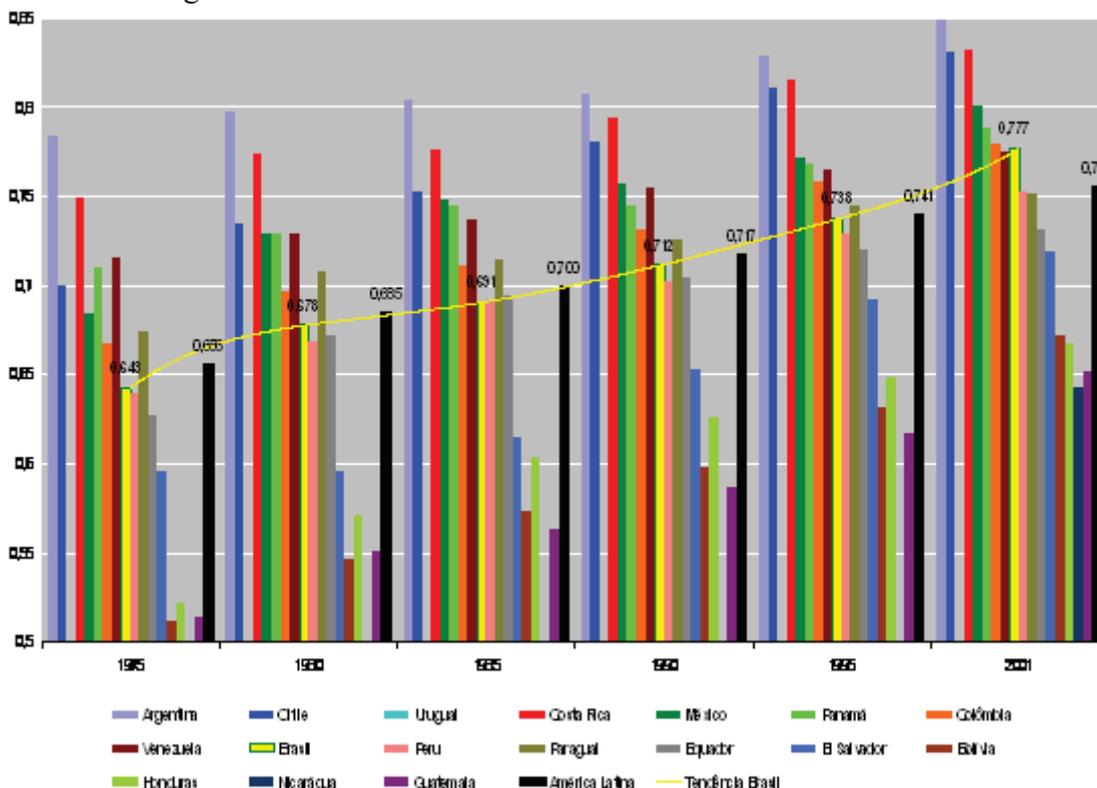
### **4.1 – O BRASIL E O RESTO DO MUNDO**

Como podemos observar no capítulo anterior, o Brasil apesar de possuir um IDH relativamente elevado (0,699), ocupa a 73ª posição. Está, portanto, abaixo de diversos países considerados bem menos desenvolvidos, como por exemplo, o Uruguai.

É importante destacar que o Brasil já possuiu posições bem piores no Índice de Desenvolvimento Humano, porém foi um dos que mais subiu na classificação do IDH desde 1975. Isto aconteceu, graças a um excelente desempenho na área de educação – ensino fundamental, médio e superior – ao longo da década de 90. No mesmo período a esperança de vida ao nascer dos brasileiros obteve também um crescimento, o que representou um aumento no índice de dimensão longevidade, e ainda paralelamente a isto, a renda per capita dos brasileiros teve uma elevação, o que significou um aumento no índice de dimensão rendimento, assim a combinação desses fatores levaram o Brasil a obter um IDH elevado comparativamente ao passado.

Na figura 2 podemos observar a evolução do IDH dos países da América Latina nos últimos anos. Nele, podemos verificar que o IDH brasileiro no início do século XXI ultrapassou a média do IDH calculado para a América Latina.

Figura 2 – IDH do Brasil cresce acima da média da América Latina



Fonte: PNUD (2002, p. 4)

#### 4.2 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DOS MUNICÍPIOS (IDH-M)

O Brasil é um dos poucos países do mundo que estendeu o cálculo do IDH para as regiões e municípios, possibilitando assim uma comparação melhor nas diferentes esferas administrativas, evidenciando que há discrepâncias de níveis de desenvolvimento no país.

O Índice de Desenvolvimento Humanos dos Municípios (IDH-M) foi calculado pela primeira vez em 1991 e pela segunda vez em 2000 (período em que o IBGE realizou os censos econômicos e demográficos). Para estabelecer o Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios os indicadores utilizados são os mesmos do IDH (longevidade, educação e rendimento). Porém, dois desses indicadores tiveram que sofrer algumas

adaptações realizadas pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), pois o IDH-M é mais adequado para avaliar as condições de núcleos sociais menores.

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2003) para avaliar a dimensão de educação, o cálculo do IDH-M considera dois indicadores com pesos diferentes: taxa de alfabetização de pessoas acima de 15 anos de idade (com peso dois) e a taxa bruta de frequência escolar (com peso um). Cabe ressaltar, que a classificação dos pesos utilizados na dimensão educação foram definidos pelo PNUD, levando em consideração o grau de relevância na análise do índice.

Para avaliação da dimensão renda, o critério usado é a média de cada residente no município. Para se chegar a esse valor soma-se a renda de todos os residentes e divide-se o resultado pelo número de pessoas que moram no município (inclusive crianças e pessoas com renda igual a zero).

O IDH-M de cada município é fruto da média simples desses três indicadores. Os valores do IDH-M variam de 0 a 1, semelhante aos valores máximo e mínimo calculado para o Índice de Desenvolvimento Humano. A fórmula 5 é usada para calcular o IDH-M:

Fórmula 5 – Fórmula de cálculo do IDH-M

$$\text{IDH-M} = \frac{(\text{IDH-M } E + \text{IDH-M } L + \text{IDH-M } R)}{3}$$

Fonte: PNUD (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003: p.1-4)

#### 4.3 – BRASIL: SEUS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Agora que compreendemos o IDH-M, fica mais fácil entender as diversas disparidades que ocorrem dentro do nosso país, quanto ao IDH dos estados e municípios.

#### 4.3.1 – IDH DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

O Brasil está dividido em cinco regiões: Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Esta divisão foi proposta pelo IBGE em 1969, que levou em considerações aspectos naturais na divisão do país como: clima, relevo, vegetação e hidrografia.

A região Sul do Brasil é formada pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, é a região mais fria do país, com ocorrência de geadas e neve, e a que apresenta o menor território do país.

O Sudeste do Brasil é composto pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. Apresenta grandes diferenças sob o aspecto físico, com litoral, serras e planícies, é a região de maior importância econômica do país.

O Centro-Oeste é formado pelos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e pelo Distrito Federal, sua área é dominada pelo planalto central e sua cobertura vegetal que antes era o cerrado, aos poucos tem sido substituído por plantações e criações de gado.

Região Norte é composta pelos estados do Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Pará, Amapá e Tocantins. É a maior região brasileira em extensão territorial, porém a de menor densidade demográfica.

O Nordeste compõe-se dos estados do: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia; dentro dos quais está localizado o Polígono das Secas<sup>1</sup>.

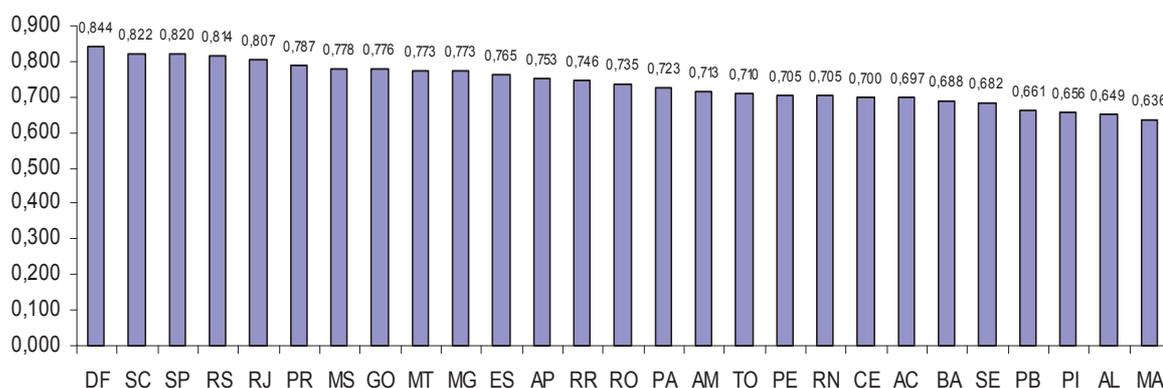
Não verificamos a presença de nenhum estado do norte e nordeste entre os dez primeiros constantes do gráfico 6. Houve uma industrialização concentrada no sudeste na

---

<sup>1</sup> Polígono das Secas: A lei 175/36 (revisada em 1951 pela lei 1.348) reconheceu o Polígono das Secas como a área do Nordeste brasileiro composta de diferentes zonas geográficas com distintos índices de aridez e sujeita a repetidas crises de prolongamento das estiagens.

década de 50, impulsionada pelo governo Getúlio Vargas, que afastando as oligarquias do poder do Estado adotou uma política industrializante, com substituição de mão-de-obra imigrante pela nacional. Essa mão-de-obra era formada no Rio de Janeiro e São Paulo em função do êxodo rural (decadência cafeeira) e movimentos migratórios de nordestinos. Assim as regiões mais populosas recebiam mais verbas para infra-estrutura, enquanto que o nordeste brasileiro foi desfavorecido, criando entre vários outros problemas, piores condições de serviços públicos.

Gráfico 6 – IDH-M das Unidades da Federação



Fonte: PNUD (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000)

Segundo Baumann (2009), isto tende a mudar lentamente, pois estudos mostram que entre os anos de 1991 a 2005, o IDH de todos os estados brasileiros melhorou, principalmente o da região nordestina, que tinha os piores índices na década passada. Houve um aumento de 16,3%, seguidos pelas regiões do sudeste e centro-oeste, ambos com 10,9%. O Sul do país foi à região que menos obteve crescimento, chegando a 8,5%, mas mesmo assim seus três estados permaneceram entre os seis primeiros do ranking do IDH-M brasileiro. Entre as três dimensões do IDH, o que melhor contribuiu para essa evolução foi o fator educação, como pôde ser explicado por Baumann (2009):

Há uma certa desconcentração geográfica do processo produtivo em curso. Setores como o de calçados, de automóvel, estão se expandindo tanto da região metropolitana para o interior quanto do Sul e Sudeste para o Nordeste. Isso leva ao aumento da renda per capita, de exigência por mão-de-obra qualificada (o que influi na educação) e, consequência, a um maior atendimento ao público de saúde — o que influi na longevidade, de qualquer forma, essa distribuição ocorre em ritmo lento.

#### 4.3.2 – BRASIL: SEUS MUNICÍPIOS

O Brasil possui pouco mais de cinco mil e quinhentos municípios. Se analisarmos os IDH's segundo os municípios, observaremos discrepâncias acentuadas entre eles.

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2003) os municípios com menos de 50 mil habitantes tiveram um crescimento médio de 15,9%, no seu IDM-M na década de 90, superando as cidades mais populosas, na média os menores municípios obtiveram uma evolução de 15,9%, como já foi citado anteriormente, contra 11,2% das cidades entre 50 mil e 500 mil habitantes, 6,7% das cidades entre 500 mil e 1 milhão e de 6,1% das com mais de 1 milhão de habitantes.

Dos indicadores utilizados no cálculo, o que mais contribuiu para esse avanço foi a educação. Embora o número de alfabetizados tenha crescido, o que mais puxou a evolução educacional foi a taxa bruta de frequência escolar. Isso pode ser explicado graças a programas sociais do governo, como o Bolsa Família, criado em 2003, no governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva que exigem como contrapartida a frequência escolar para não perder o benefício.

Embora, a educação tenha sido o índice que mais tenha contribuído para o aumento do IDH-M dos municípios brasileiros, os índices de longevidade e renda também tiveram um aumento. Depois da educação, a longevidade é o índice que mais tem contribuído para o aumento do IDH-M.

Nos últimos anos, o Brasil tem passado por profundas mudanças com sua estrutura de mortalidade. A população idosa aumentou, pois problemas que antes afetavam diariamente a vida dos brasileiros, hoje não afetam com tanta frequência como as doenças infecciosas, parasitárias e a desnutrição. Porém, outros tipos de causas de morte têm aparecido com mais frequência como as doenças não-transmissíveis e causas externas como homicídios e mortes no trânsito.

Como afirma IBGE (2000) é importante ressaltar, que o índice de longevidade varia muito de município para município, e que os municípios do Norte e Nordeste, são os que apresentam os piores índices. A situação desses municípios já podem sofrer adaptações ampliando programas de atenção básica preventiva na área de saúde pública, maior oferta dos serviços de saúde e universalização dos serviços de saneamento básico. Estas medidas acelerariam a tendência de aumento da sobrevivência, principalmente das crianças nos estratos sociais mais carentes, que já vêm se beneficiando positivamente de programas vinculados a Saúde da Família.

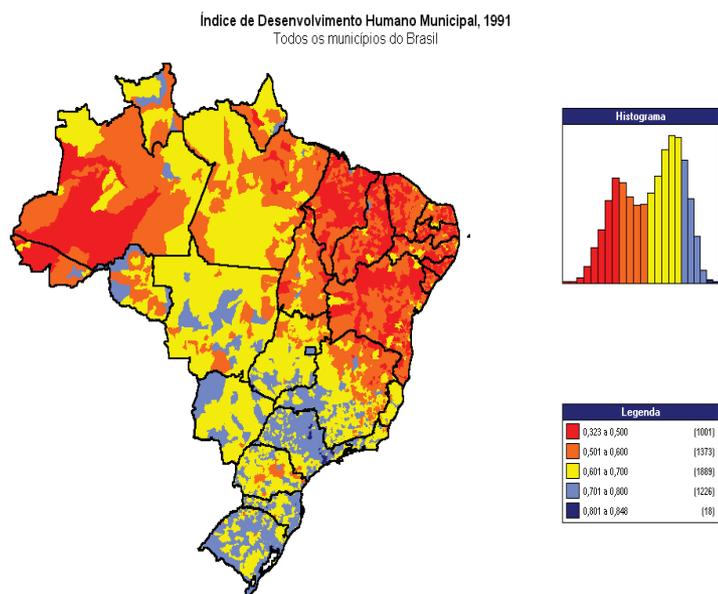
Segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano (2010), o índice renda, apesar do aumento, é o que menos contribui para melhora do IDH-M, em regiões pobres, devido há má distribuição de renda que ainda assombra nosso país. Para tentar reverter esse quadro lamentável, a atual presidente Dilma Rousseff, deu início em junho de 2011, ao projeto “Brasil sem Miséria”, com o objetivo de retirar em quatro anos 16,2 milhões de pessoas da extrema pobreza. Entre seus principais programas, o mais importante é a transferência de renda com a ampliação do Bolsa Família. O governo federal pretende fazer o benefício chegar a 800 mil domicílios que têm direito aos recursos, mas não estão cadastrados. Outra mudança é que cada família passa a ter o direito de receber o auxílio para até cinco crianças. Antes, o limite era de três. A mudança vai aumentar em 1,3 milhão o número de crianças e adolescentes no programa. O Brasil Sem Miséria também inclui a

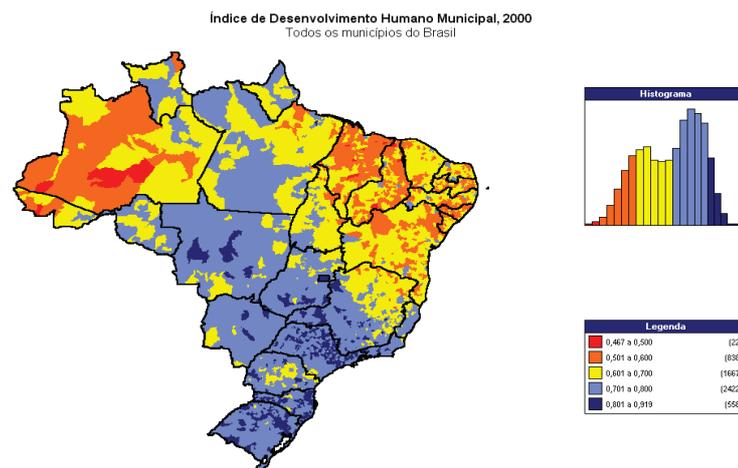
Bolsa Verde, que pagará semestralmente R\$ 300 a famílias que vivem em áreas de proteção ambiental e contribuem para sua preservação. A presidente estima que o novo benefício possa atender até 700 mil famílias. Segundo Jorge Chediek (2011), coordenador da ONU:

O fato de o governo hoje estar assumindo compromisso de atacar um dos principais problemas, que é a extrema pobreza, é extraordinário, e dentro das Nações Unidas, consideramos esse plano um modelo de como comprometer-se política e tecnicamente para realmente construir um país mais justo e mais digno.

Os mapas abaixo, nos ajudam observar a evolução do desenvolvimento humano nos municípios brasileiros ao longo dos anos 90.

Figura 3 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal





Fonte: PNUD (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003, p. 2)

As áreas vermelhas e laranjas correspondem às cidades com IDH-M com valores entre 0,467 e 0,600, as áreas em amarelo e azul claro, correspondem as cidades com IDH-M com valores entre 0,601 e 0,800 e o azul escuro com cidades que possuem o IDH-M entre 0,801 a 0,919. Como podemos observar, entre o ano de 1991 e 2000, as áreas vermelhas e laranjas do mapa diminuíram consideravelmente, tendendo a uma predominância o azul, principalmente nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, reconhecidamente as regiões mais desenvolvidas do Brasil.

O número de municípios com IDH's-M inferiores a 0,500 caiu de 1.001 para apenas 22 entre 1991 e 2000, e o de cidades com IDH's-M entre 0,501 a 0,600 diminuiu de 1.373 para 838 no período. Ao mesmo tempo, o total de municípios com índices entre 0,701 e 0,800 dobrou de 1.226 para 2.422 e as cidades consideradas com um alto nível de desenvolvimento humano, que somavam apenas 18 em 1991, chegaram a 558 no ano de 2000. Seguem abaixo os 15 municípios brasileiros com os maiores IDH's-M e também os 15 piores municípios classificados.

Tabela 1 – Melhores e Piores IDH-M

AS 15 MELHORES CIDADES				AS 15 PIORES CIDADES			
	<i>MUNICIPIOS</i>	<i>UF</i>	<i>IDH-M</i>		<i>MUNICIPIOS</i>	<i>UF</i>	<i>IDH-M</i>
01	São Caetano do Sul	SP	0,919	5493	Matões do Norte	MA	0,495
02	Águas de São Pedro	SP	0,908	5494	Cacimbas	PB	0,494
03	Niterói	RJ	0,886	5495	Gov. Newton Bello	MA	0,494
04	Florianópolis	SC	0,875	5496	Milton Brandão	PI	0,494
05	Santos	SP	0,871	5497	Murici dos Portelas	PI	0,494
06	Bento Gonçalves	RS	0,870	5498	Lagoa Grande	MA	0,492
07	Balneário Camboriú	SC	0,867	5499	Santana do Maranhão	MA	0,488
08	Joaçaba	SC	0,866	5500	Caraúbas do Piauí	PI	0,487
09	Porto Alegre	RS	0,865	5501	Ipixuna	AM	0,487
10	Fernando de Noronha	PE	0,862	5502	Araioses	MA	0,486
11	Carlos Barbosa	RS	0,858	5503	Centro do Guilherme	MA	0,484
12	Caxias do Sul	RS	0,857	5504	Guaribas	PI	0,479
13	Joinville	SC	0,857	5505	Traipu	AL	0,479
14	Judiaí	SP	0,857	5506	Jordão	AC	0,475
15	Vinhedo	SP	0,857	5507	Manari	PE	0,467

\* Fernando de Noronha é Distrito Estadual do Estado de Pernambuco.

Fonte: PNUD (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003)

Como pode ser observado na tabela 1, dos 15 municípios mais bem colocados no ranking, a maioria deles são dos estados de Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul, enquanto os 15 piores são todos das regiões Norte e Nordeste. Ao compararmos a cidade, por exemplo, de São Caetano do Sul, do estado de São Paulo, verificamos que seu índice se mostra acima do índice apresentado pela Nova Zelândia e Estados Unidos. Em contra partida, a cidade de Manari, em Pernambuco, que tem atualmente o pior IDH-M do Brasil, pode ser comparada com Gana, pois ambas possui um índice de 0,467.

O diferencial das cidades mais bem colocadas no ranking está relacionado ao desenvolvimento dos seus aspectos socioeconômicos, como por exemplo: as desigualdades de renda, estímulo à educação, por meio de programas que conscientize a população da importância da educação e em conjunto com isso, possibilitar o acesso adequado à saúde, saneamento básico e a água potável.

O Brasil é um dos poucos países que estenderam o seu cálculo do IDH aos municípios (o primeiro feito em 1991 e o segundo em 2000, período em que o país realizou

os censos econômicos e demográficos). Isto se tornou de suma importância em nosso país, pois através dele conseguimos observar como o Brasil é um país bem diversificado quanto à questão da desigualdade social, podendo ter municípios comparados com países nórdicos e municípios comparados com países africanos.

O IDH-M também serviu para nos mostrar como o Brasil vem melhorando nos últimos anos, apesar de possuir ainda muitos obstáculos para ser um país homogêneo, sem desigualdades, o país vem trilhando isso lentamente podendo ser comprovado com os resultados de 1991 e 2000.

## **V – O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Especialistas têm se preocupado, nos últimos anos com os indicadores socioeconômicos do Estado do Rio de Janeiro, pois o mesmo vem perdendo posições frente aos demais estados brasileiros. Essa descida no ranking é ocasionada devido à falta de políticas de desenvolvimento na área de emprego, educação e saúde. Neste período, a população fluminense vem apresentando um nível baixo de desenvolvimento, causando assim um impacto ruim no Índice de Desenvolvimento Humano.

O Estado do Rio de Janeiro tem uma importância econômica e cultural desde o século XIX até os dias de hoje. Sua capital é a cidade mais conhecida no exterior pelas suas belezas naturais e culturais. A cidade atrai todos os anos inúmeros turistas nacionais e internacionais.

### **5.1– O ESTADO DO RIO DE JANEIRO E SUA 5ª POSIÇÃO NO RANKING DO IDH.**

O Estado do Rio de Janeiro foi a capital do Brasil Colônia a partir de 1763, capital do Império Português na época das invasões de Napoleão, capital do Império do Brasil e capital da República até a inauguração de Brasília em 1960. Considerado um importante centro econômico e de grande participação política no país, conseguiu por esses motivos atrair investimentos consideráveis inclusive em educação, cultura, saúde, infra-estrutura. Cabe destacar que a atividade petrolífera se tornou de suma importância nos últimos anos e se fez fundamental para o desenvolvimento econômico e social.

Como afirma Ramos (2004) “na década de 30, a indústria do Rio destacou-se nos setores químico, metalúrgico, minerais não-metálicos e chegou a se destacar também na produção nacional de cimento. No entanto, “o estado não encontrou caminho no processo de substituição de importações” (Pereira, apud Ramos, 2004, pág. 17). Na década de 40, os setores de metalurgia (Companhia Siderúrgica Nacional), de material elétrico, de

comunicação, de transformação, de transporte e indústria de couro e pele foram, segundo o autor, os ramos da indústria que tiveram maior ganho na participação industrial. Na década de 50, a indústria de produtos farmacêuticos teve destaque. Nesta mesma década, o “Plano de Metas”, implantado no governo Kubitschek, “possibilitou um maior incentivo à indústria fluminense pela expansão da construção naval, construção das refinarias de derivados de petróleo (REDUC) e de outros segmentos econômicos” (Pereira, apud Ramos, 2004, pág. 17). Ainda assim, a economia do estado continuava sofrendo perdas de participação de produção industrial no contexto nacional. Além do mencionado acima, o estado do Rio de Janeiro abrigou a sede do governo brasileiro de 1763 até 1960. Neste ano a Capital do Brasil foi transferida para Brasília e a Cidade do Rio constituiu o Estado da Guanabara. Ser a capital do Brasil havia dado ao Estado da Guanabara status de centro político, econômico, administrativo e financeiro. Levou também a que ocorresse uma centralização do capital nacional e de várias estatais nesse estado. A transferência da capital para Brasília provocou uma queda nos investimentos de capitais antes inexistentes. Para os agora dois estados – da Guanabara e do Rio de Janeiro – ocorreu uma perda ainda mais intensa na participação das indústrias de transformação frente aos demais estados (Pereira, apud Ramos, 2004, pág. 17). O esvaziamento econômico ocorrido com a transferência da capital para Brasília levou a uma estratégia econômica e/ou política de fundir os dois estados em 1974,”

Como já foi dito anteriormente o estado do Rio de Janeiro, juntamente com o estado de São Paulo, constituem hoje pólos de desenvolvimento sócio-econômico em nosso país. O estado do Rio de Janeiro possui o terceiro maior PIB do Brasil. E o que buscamos entender neste capítulo é o porquê esse estado possui um IDH de 0,807 e quais fatores levaram o estado a ocupar a quinta posição no ranking do IDH-M.

Como já dito, no ano de 1960, a capital da República deixa de ser o Rio de Janeiro e muda para Brasília. O estado perde muito nesse período, pois com a capital da República instalada no estado, diversos investimentos federais foram feitos, atraindo assim inúmeras empresas e instituições públicas e privadas, impulsionando cada vez mais a economia fluminense. Com a ida para Brasília, o estado do Rio de Janeiro perdeu importância econômica e política no quadro brasileiro, com isso os empresários investiram também em outras regiões brasileiras como Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia. Nesta época o Rio de Janeiro mostrou sua total fragilidade e dependência de investimentos estatais. Segundo Osório (2006):

Em termos de desenvolvimento econômico, as competências, os poderes, os meios dos níveis estaduais e municipais são importantes e tem efeitos locais, porém as decisões de Brasília, os apoios, e as ajudas federais são frequentemente indispensáveis para lançar projetos, consagrando-os, principalmente com o intermédio das agências federais de financiamento (CEF, BNDES e os outros fundos). É importante observar que, mesmo essa ajuda sendo parcial, ela é fundamental para favorecer a obtenção de financiamentos complementares que não estão ao alcance dos meios estaduais e municipais.

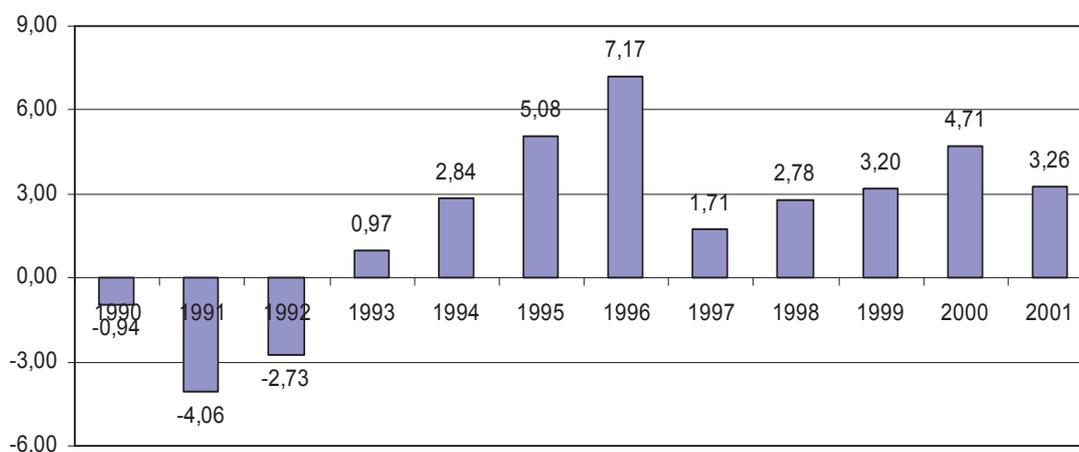
Entre o final da década de 1960 e início de 1970, houve o “milagre econômico brasileiro” nos governos de Costa e Silva e Médici. Em meados de 1970 foi implantado o II Plano Nacional de Desenvolvimento, o que minimizou os efeitos da mudança da capital para Brasília. Mas isto não durou por muito tempo. Logo em seguida, o Brasil enfrentou uma das suas maiores crises econômicas: a crise dos anos 80. Esta crise estava intimamente ligada ao grande processo de endividamento externo. O país, que antes fazia empréstimos com bancos no exterior, agora era obrigado a pagar os juros da dívida externa. Isso, atrelado também a altas taxas de inflação. O governo federal, para poder arcar com os juros da dívida pública, teve que imediatamente reduzir os gastos e aumentar as exportações. Com essa nova crise, o Estado do Rio de Janeiro entra num novo colapso, dado que era muito dependente dos investimentos oriundos do governo federal. Um bom

exemplo disso é a indústria naval: altamente dependente do capital federal, logo com a falta de subsídio do governo federal, houve no setor uma queda quase completa da produção dos estaleiros. Outro problema causado pela crise no estado foi a perda da competitividade de suas indústrias.

Segundo Natal (2005), os cortes e a diminuição dos gastos públicos afetaram diretamente o dinamismo econômico e o poder de compra da população fluminense, visto que 25% do funcionalismo federal e 25% dos aposentados e pensionistas federais residiam no estado nesta época.

Entretanto, a partir da segunda metade dos anos 90, a economia fluminense toma “novos ares”, com uma recuperação de seu PIB estadual, como podemos verificar na figura abaixo:

Gráfico 7: Variação anual do PIB do Estado do Rio de Janeiro 1990-2001



Fonte: Fundação Cide, Anuário estatístico, 2001 e 2002 *apud* Oliveira (2003)

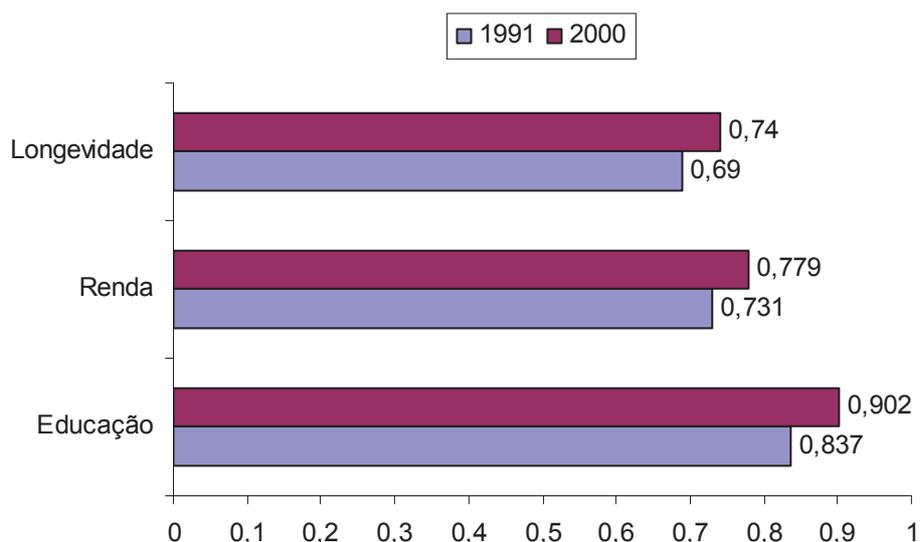
Como podemos verificar, o PIB do estado dá um salto em meados de 90. Isso deve a uma recuperação econômica influenciada pelo intenso crescimento da atividade de extração e produção de petróleo na Bacia de Campos. Contudo, isso não foi capaz de

assegurar a terceira posição no ranking do IDH dos estados brasileiros que o estado do Rio ocupava em 1991, passando assim a quinta posição no ano de 2000.

Para ser ter uma idéia no índice de educação, o estado perdeu duas posições passando do segundo lugar que ocupava no ano 1991 com 0,837, para quarta posição em 2000 com 0,902. Embora tenha apresentando uma melhora, os dois outros estados obtiveram uma melhora ainda mais significativa, que foram Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Quanto a Renda per capita, o Estado continuou ocupando a terceira posição, perdendo apenas para o Distrito Federal (0,842) e São Paulo (0,79).

No quesito longevidade, essa perda foi ainda maior, passando da terceira posição (0,69) para a sexta (0,74), sendo ultrapassado pelos estados de Minas Gerais (0,759), Goiás (0,745) e Mato Grosso do Sul (0,751). Abaixo podemos observar o gráfico 8, que apresenta os índices que compõem o IDH-M no estado do Rio de Janeiro no período de 1991 e 2000.

Gráfico 8: Índices do IDH-M do Estado do Rio de Janeiro 1991-2000



Fonte: PNUD (Atlas do Desenvolvimento Humanos, 2000)

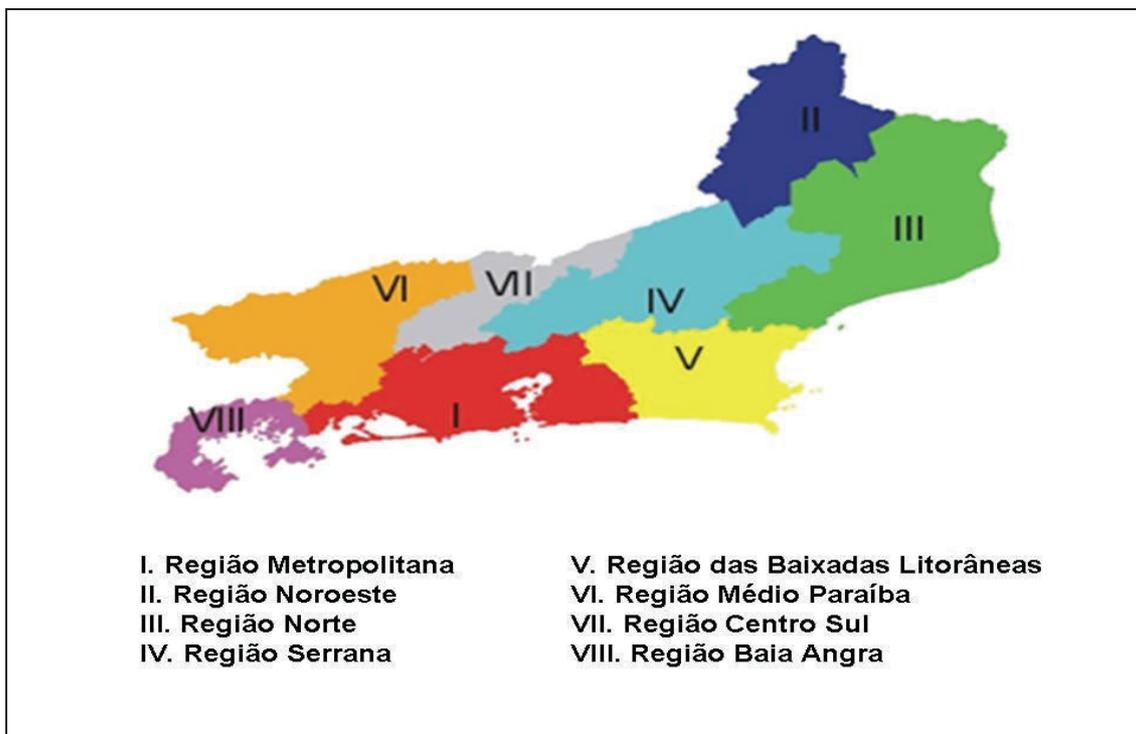
Caso o estado do Rio de Janeiro continue apresentando taxas tão baixas de desenvolvimento nos próximos anos comparada aos outros estados, este continuará perdendo posições no ranking do IDH brasileiro, podendo ser ultrapassados por quinze estados dos vinte e dois que estão abaixo dele nas últimas duas décadas, conforme demonstra a classificação do PNUD (2010).

## 5.2– O IDH SEGUNDO AS REGIÕES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Agora que já sabemos os fatores que levaram o estado fluminense a um baixo desenvolvimento econômico, explicitaremos sobre as características regionais existentes segundo o nível de desenvolvimento econômico.

O Estado do Rio de Janeiro possui atualmente 92 municípios que podem ser divididos em oito regiões, esta divisão está apoiada na Lei nº 1.227/87, que aprovou o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social 1988/1991. São elas: Região Metropolitana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Baixadas Litorâneas, Serrana, Centro-Sul Fluminense, Médio Paraíba e Costa Verde.

Figura 4 - Divisões Regionais do Estado do Rio de Janeiro

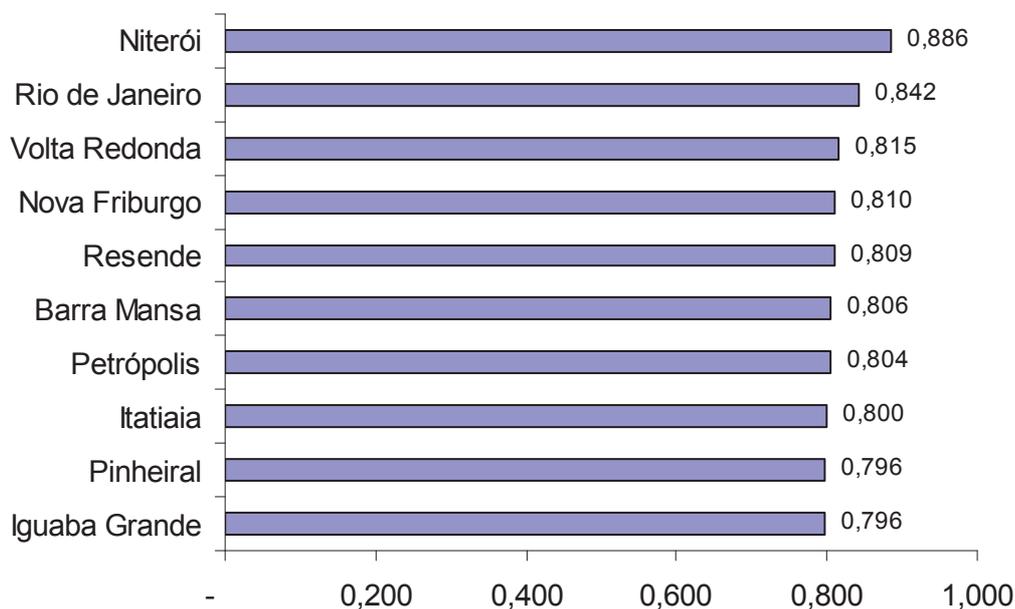


Fonte: IBGE

O gráfico 9 apresenta os 10 primeiros municípios mais bem classificados quanto ao IDH no estado do Rio de Janeiro, segundo o PNUD (2000)<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> No anexo 1 desta pesquisa segue a lista com todos os municípios do estado do Rio de Janeiro com a respectiva classificação quanto ao IDH.

Gráfico 9: Os 10 primeiros municípios do RJ mais bem classificados quanto ao IDH - 2000



Fonte: PNUD (Atlas do Desenvolvimento Humanos, 2000)

### 5.2.1– REGIÃO METROPOLITANA

É a região mais populosa do Estado, concentrando cerca de 74% de toda população, segundo consta na Fundação CIDE (2009), é constituída por dezenove municípios desde de 16/12/1997 pela Lei Complementar nº 87, sendo eles: Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica, Tanguá e Mesquita, sendo este último município criado ao final de 1999.

Dois desses municípios foram essenciais, colaborando com os bons índices do Estado, são eles: a cidade de Niterói e Rio de Janeiro. Eles ocupam, respectivamente, o primeiro e segundo lugar, no ranking do IDH-M do Estado, com os índices 0,886 e 0,842. Esse resultado se deu graças a investimentos que ambos os municípios receberam em setores bem diversificados ao longo de sua história econômica, além de serviços altamente especializados nos setores financeiro, comercial, educacional e de saúde.

A cidade do Rio de Janeiro, por ser o principal pólo industrial do Estado é o distribuidor de bens e serviços, além de ser a sede do governo do Estado e de inúmeras instituições públicas e privadas. Niterói se beneficiou da sua proximidade com a capital, principalmente depois da construção da ponte Rio – Niterói, em 1974. Depois da inauguração da ponte, houve um aumento no dinamismo no setor imobiliário, atraindo assim o setor de serviços e comércio.

Apesar do dinamismo desses dois municípios, isso não tem sido suficiente para alavancar o crescimento econômico da região metropolitana. Mediante isso, desde meados dos anos 90, vem ocorrendo a fuga de inúmeras empresas para outros estados brasileiros. Tal fato se deve, principalmente, a questões tributárias e de segurança pública, assim influenciando diretamente nos três índices que compõe do IDH-M.

Já os outros municípios ainda se caracterizam por serem cidades dormitórios. Apesar de possuírem inúmeras indústrias em seus territórios, o dinamismo econômico ainda não é suficiente para gerar postos de trabalho para atender a população economicamente ativa. Essas cidades ainda são carentes em questões como saúde, educação, saneamento, falta de emprego, entre outros.

## 5.2.2– REGIÃO NOROESTE FLUMINENSE

O Noroeste Fluminense é formado por treze municípios que são eles: Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Itaperuna, Italva, Itaocara, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Santo Antônio de Pádua, Porciúncula, São José de Ubá, Varre-Sai

Essa região teve seu apogeu com a cultura cafeeira. Com o declínio da monocultura em 1870, a região investiu na agropecuária. Modesta, não apresentou um potencial econômico tão forte quanto a cultura anterior, causando assim um declínio econômico e provocando um êxodo da população da região.

A cidade de Itaperuna é o pólo regional. É uma cidade que, como as demais da região, teve a cultura cafeeira a sua principal forma de subsistência. Porém, Itaperuna investiu na agropecuária no século XX. Este foi um diferencial econômico e de desenvolvimento desse município. Atrelado a isso, o município possui a vantagem de contar com uma rede viária que liga a diversas cidades do estado.

Outras duas cidades despontam como pólos na região: Santo Antônio de Pádua e Bom Jesus de Itabapoana. Os dois municípios são cortados pelas rodovias RJ-186 e BR-393, que ligam os estados do Espírito Santo, Minas Gerais e a região do Médio Paraíba. Nelas, há um grande tráfego de veículos de vários estados brasileiros, fazendo com que o município de Bom Jesus do Itabapoana se beneficie com o serviço de apoio logístico. O município de Santo Antônio de Pádua, além de se beneficiada pela circulação de renda em torno das rodovias citadas acima, possui também importante especialização no setor de extração mineral, especialmente exploração de rochas ornamentais.

O Noroeste Fluminense apresenta baixo grau de desenvolvimento econômico frente aos demais municípios do Estado do Rio de Janeiro. Embora a região abrigue 2,06% da população estadual, responsabilizar-se por apenas 0,67% do PIB estadual. Há municípios onde a renda per capita da região sequer alcança um terço da renda per capita do estado.

Os índices de desenvolvimento humano dos municípios (IDH-M) do Noroeste Fluminense são, do mesmo modo, inferiores ao da média do Estado. Ainda que tenham evoluído positivamente, entre 1991 e 2000, os IDH's de todos os municípios da região permaneceram com um desenvolvimento humano considerado médio.

### 5.2.3 – REGIÃO NORTE FLUMINENSE

O Norte Fluminense é formado pelos seguintes municípios: Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra.

Essa região viveu e vive, tradicionalmente, com a agroindústria açucareira. Contudo, há duas décadas, o Petróleo e o Gás Natural assumiram destaque na economia dessa região, influenciando diretamente no PIB de todo Estado do Rio de Janeiro. Vários municípios dessa região aumentaram suas receitas graças aos royalties recebido desse setor.

De acordo com RIBEIRO (2011), somente nesse último trimestre, Campos recebeu de royalties o equivalente a R\$130,4 milhões, Macaé recebeu R\$95,6 milhões, Quissamã recebeu R\$19,2 milhões e São João da Barra recebeu R\$29,2 milhões. Estes municípios estão classificados no IDH-M com os respectivos índices de desenvolvimento humano: 0,752, 0,790, 0,732 e 0,723.

Duas cidades se destacam nesta região: Campos dos Goytacazes e Macaé. A primeira sobrevive da agroindústria açucareira e de diversas industriais ali instaladas nos últimos anos. Isto provocou uma migração da zona rural para cidade e assim aqueceu também o setor de serviços. Macaé como Campos dos Goytacazes, tinha sua economia voltada para a agroindústria, porém com a descoberta e exploração do Petróleo e Gás na Bacia de Campos, esses dois produtos se tornaram de suma importância para o crescimento desse município. Houve um grande fluxo migratório para a região e, conseqüentemente, um crescimento urbano desordenado. Pode-se afirmar que o setor extrativista é o que tem mais contribuído para que ocorra uma interiorização no estado fluminense, permitindo uma maior inserção dos municípios historicamente marginalizados economicamente.

Apesar de ser uma das principais responsáveis pelo aumento do PIB no Estado do Rio de Janeiro, graças aos royalties do petróleo e gás, essa região não tem recebido por parte de seus governantes melhorias e benefícios compatíveis aos valores recebidos pelos royalties. Segundo analistas, da Fundação CIDE, os poucos investimentos feitos atendem somente as necessidades presentes, como melhorias urbanísticas, não sendo sustentáveis no longo prazo. É preciso mais estudo para uma melhor utilização desse capital, para que assim beneficie a população pós- petróleo e gás.

#### 5.2.4 – REGIÃO SERRANA

Essa região é composta pelos municípios de: Bom Jardim, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Nova Friburgo, Petrópolis, Santa Maria Madalena, São José do Vale do Rio Preto, São Sebastião do Alto, Sumidouro, Teresópolis e Trajano de Moraes. Entre essas cidades, três se destacam por possuírem os melhores índices no IDH-M: Nova Friburgo (0,81), Petrópolis (0,804) e Teresópolis (0,79). Nova Friburgo e Petrópolis têm economias voltadas para o setor secundário e terciário, com indústrias principalmente da área de vestuário e têxtil, com pequenas e médias empresas. O turismo também é responsável pela geração de renda dessas cidades, com boas redes de hotéis e vários lugares para visitação, como por exemplo o Museu Imperial (uma das moradias de D. Pedro II), a Catedral de São Pedro de Alcântara, Museu Santos Dumont, entre outros, todos localizados em Petrópolis. Teresópolis se destaca pela produção de hortifrutigranjeiros. Assim como nas outras duas cidades anteriormente citadas, o turismo também representa um forte setor para economia do município.

Os demais municípios que compõem esta região, nunca mais conseguiram reaquecer suas economias, depois da queda da cultura cafeeira em 1870.

### 5.2.5 – REGIÃO DAS BAIXADAS LITORÂNEAS

Os municípios de Araruama, Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Cachoeira de Macacu, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Rio Bonito, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim, compõem a região das Baixadas litorâneas.

É uma região conhecida por suas praias, que são de grande importância para esses municípios, pois estimulou o turismo regional. Decorrente disso, o setor imobiliário tem apresentado um forte crescimento, atrelado ao desenvolvimento do setor de comércio e serviços, além da reestruturação viária. Estes conjuntos de fatores constituíram fortes atrativos à população.

Antes do fortalecimento do turismo dessa região, o setor primário era a principal fonte de renda especialmente pela exploração do sal, cultivo de laranjas, da pesca e da pecuária.

Muitos municípios dessa região têm sentindo o reflexo do crescimento desordenado da região Norte Fluminense do estado. Um exemplo disso é a cidade de Rio das Ostras que se localiza ao lado de Macaé, servindo como uma cidade dormitório para muitas pessoas que trabalham no município vizinho.

### 5.2.6 – REGIÃO DO MÉDIO PARAÍBA

É formada pelos municípios de: Volta Redonda, Resende, Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Quatis, Barra do Piraí, Piraí, Valença, Porto Real, Rio das Flores e Rio Claro.

Não podemos deixar de destacar que, dos dez municípios mais bem colocados do ranking do IDH-M do estado do Rio de Janeiro, cinco deles pertencem a esta região, enquanto os demais municípios se encontram na faixa do médio desenvolvimento. Isso pode ser explicado pela existência de inúmeras indústrias em vários segmentos, destacando-se com uma das principais a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a

fábrica de ônibus e caminhões da Volkswagen, a primeira localizada em Volta Redonda e a segunda em Resende. O setor agropecuário também tem destaque nessa região, sendo ela uma das maiores produtoras de leite do estado.

A malha viária é de grande importância para essa região, pois além de permitir acesso rápido aos outros municípios do estado, essa região faz ligação com os estados de São Paulo e Minas Gerais, através de três rodovias muito importantes: a Presidente Dutra, BR- 393 e BR- 040.

Logo, a Região do Médio Paraíba é, depois da Metropolitana, a mais industrializada do Estado do Rio de Janeiro. Entretanto, a industrialização tem acarretado, perda da qualidade de vida da população, refletida, por exemplo, na expansão de submoradias e de periferias subequipadas, a poluição do ar, do Rio Paraíba do Sul e aumento da violência.

#### 5.2.7 – REGIÃO CENTRO-SUL FLUMINENSE

O Centro-Sul Fluminense é formado por onze municípios: Areal, Comendador Levy Gasparian, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paracambi, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Sapucaia, Três Rios e Vassouras.

Como quase todas as demais regiões do estado, tinha no café a principal fonte de renda e riqueza de sua economia. Com a decadência desse setor, a região voltou sua economia para outros cultivos, como as plantações de tomate em Paty do Alferes. O turismo também é forte nessa região por ter várias fazendas da época do café.

A Região tem em Três Rios seu centro regional. Apesar de seu pouco dinamismo nos últimos anos, com o fechamento da Indústria Santa Matilde, que aquecia a economia do município, ocorreu então, uma letargia econômica. Contudo, a cidade nos últimos quatro anos tem apresentado grande progresso. Colaborando para isso a vinda de inúmeras indústrias de diversos ramos, graças aos incentivos fiscais do governo estado e municipal.

#### 5.2.8 – REGIÃO DA COSTA VERDE

A menor região em número de municípios do estado, a região da Costa Verde é formada pelos municípios de Paraty, Angra do Reis, Mangaratiba e Itaguaí.

Paraty e Angra dos Reis têm como base de suas economias a agricultura, pesca e turismo. Esse último tem se mostrado com forte dinamismo. A retomada da indústria naval, devidos a estímulos recebidos durante o governo Lula, e a construção e atual expansão da rodovia Rio-Santos, também contribuiu para reaquecer a economia local.

As cidades de Mangaratiba e Itaguaí estão mais ligadas à Região Metropolitana, da qual faziam parte até o ano de 2002. Mangaratiba conta com um terminal de minérios. Itaguaí abriga o Porto de Sepetiba, além de possuir inúmeras indústrias.

## VI- CONCLUSÃO

Como podemos ver ao longo da pesquisa, o estado do Rio de Janeiro depois inúmeras crises econômicas, conseguiu se reerguer economicamente, apresentando um processo de franca dinamização, onde a exploração de petróleo e gás é o elemento central desse cenário. Municípios antes marginalizados economicamente têm aumentado sua participação na riqueza, além de interagirem diretamente com outros estados brasileiros.

A dinamização de certa forma provocou melhorias nas condições de vida da população do estado, apresentando relativo progresso nos índices que compõem as taxas de desenvolvimento humano (renda, longevidade e educação), levando a uma redução dos índices de pobreza e indigência. Contudo, isso não foi capaz de segurar o estado na terceira posição no ranking do IDH-M brasileiro, fazendo com que no ano de 2000 passasse a ocupar a quinta posição. Desde então, vem perdendo posições frente aos demais estados brasileiros, onde foi ultrapassado pelos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Entende-se que ainda há muitos desafios, como políticas de desenvolvimento que visem à geração de emprego e renda nas regiões e municípios ainda marginalizados, como por exemplo, nos municípios do Noroeste Fluminense.

Há que se proporcionar também, meios para que os municípios em fase de crescimento não interrompam esse processo. Deve-se ainda gerenciar os impactos negativos do crescimento acelerado, pois nem sempre vem acompanhado de uma boa infra-estrutura urbana necessária a uma satisfatória qualidade de vida.

## 6.0 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMANN, Renato. **Brasil é mais desigual que Argentina no IDH**. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/pobreza\\_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3353&lay=pde](http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3353&lay=pde)>. Acesso em: 12 abr 2011.

BERCOVICI, Gilberto. **Constituição Econômica e Desenvolvimento: uma leitura a partir da Constituição de 1988**. São Paulo: Malheiros, 2005.

CENTRO DE INFORMAÇÕES E DADOS DO RIO DE JANEIRO – FUNDAÇÃO CIDE. **Estado do Rio de Janeiro: Regiões de Governo**. Disponível em: <<http://www.observatoriobaixada.com.br/site/images/files/cidade%20e%20meio%20ambiente/Estado%20do%20RJ%20%20Regi%C3%B5es%20de%20Governo,%202009.pdf>>. Acesso em: 18 mai 2011.

CERVELLERA, Bernardo. **China: desenvolvimento às custas do povo**. Revista Mundo e Missão. Disponível em: <<http://www.pime.org.br/mundoemissao/atualidasiacustas.htm>> . Acesso em: 12 ago 2011.

CLARK, Giovanni. **O Município em face do Direito Econômico**. Belo horizonte: Del Rey, 2001.

DEL MASSO, Fabiano. **Direito Econômico**. São Paulo: Campus, 2007.

FAURÉ, Ives A.; HASENCLEVER, Lia; NETO, Romeu e Silva. **Novos rumos para a economia fluminense: oportunidades e desafios do crescimento do interior**. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

FIORI, José Luis. **Economia: um pouco da história econômica da Argentina**. Disponível em: <<http://brasilalimpo.blogspot.com/2006/06/7-economia-um-pouco-da-historia.html>>. Acesso em: 03 jan 2011.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

MENEZES, Eduardo Frigolletto. **Países Desenvolvidos e Subdesenvolvidos**. Disponível em: <[www.frigolletto.com.br](http://www.frigolletto.com.br)>. Acesso em: 03 jun 2011.

MUNHOZ, Carolina. **Direito – Livre Concorrência e Desenvolvimento**. São Paulo: Lez Editora, 2006.

NATAL, Jorge. **O Estado do Rio de Janeiro pós-1995: dinâmica econômica, rede urbana e questão social**. Rio de Janeiro: Publicatti, 2005.

NUSDEO, Fábio. **Curso de economia: introdução ao direito econômico**. 3.ed. rev.atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

OLIVEIRA, Floriano Godinho de. **Reestruturação produtiva e regionalização da economia no território fluminense**. São Paulo. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade de São Paulo, 2003.

PACHECO, Carlos Américo; PATAR, Neide. **Dinâmica demográfica regional e as novas questões populacionais no Brasil**. São Paulo: Unicamp, 2000.

PORTAL BRASIL. **Américas**. Disponível em: <[www.portalbrasil.net/americas](http://www.portalbrasil.net/americas)>. Acesso em: 06 set. 2010.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do Desenvolvimento Humano 2000**. Disponível em: <[www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br)>. Acesso em: 20 mai 2011.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2002** Disponível em: <[www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br)>. Acesso em: 20 mai 2011.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do Desenvolvimento Humano 2003**. Disponível em: <[www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br)>. Acesso em: 20 mai 2011.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2010**. Disponível em: <[www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br)>. Acesso em: 20 mai 2011.

RAMOS, Diná Andrade Lima. **As famílias da região metropolitana do rio de janeiro: uma análise de suas condições econômicas no período 1991-2000**. Dissertação de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

SMITH, Adam. **Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. 3 ed. Vol. 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 8. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2007.

## 7.0 – ANEXO 1

### IDH dos municípios do Estado do Rio de Janeiro

Niterói	0,886
Rio de Janeiro	0,842
Volta Redonda	0,815
Nova Friburgo	0,810
Resende	0,809
Barra Mansa	0,806
Petrópolis	0,804
Itatiaia	0,800
Iguaba Grande	0,796
Pinheiral	0,796
Cabo Frio	0,792
Armação dos Búzios	0,791
Quatis	0,791
Arraial do Cabo	0,790
Mangaratiba	0,790
Teresópolis	0,790
Macaé	0,790
Cordeiro	0,789
Nilópolis	0,788
Itaperuna	0,787
Maricá	0,786
Três Rios	0,782
São Gonçalo	0,782
Casimiro de Abreu	0,781
Barra do Pirai	0,781
Vassouras	0,781
São Pedro da Aldeia	0,780
Cantagalo	0,779
Miguel Pereira	0,777
Parati	0,777
Pirai	0,777
Valença	0,775
Mendes	0,775
Rio das Ostras	0,775
São João de Meriti	0,774
Angra dos Reis	0,772
Rio Bonito	0,772
Itaocara	0,771
Paracambi	0,771
Paraíba do Sul	0,770
Macuco	0,769
Itaguaí	0,768
Areal	0,766
Carmo	0,763
Nova Iguaçu	0,762
Saquarema	0,762
Seropédica	0,759
Aperibé	0,756
Araruama	0,756

Santo Antônio de Pádua	0,754
Engenheiro Paulo de Frontin	0,753
Duque de Caxias	0,753
Comendador Levy Gasparian	0,753
Campos dos Goytacazes	0,752
Cachoeiras de Macacu	0,752
Bom Jesus do Itabapoana	0,747
Magé	0,747
Porto Real	0,743
Sapucaia	0,742
Belford Roxo	0,742
São Fidélis	0,741
Carapebus	0,741
Guapimirim	0,739
Rio das Flores	0,739
Conceição de Macabu	0,738
Rio Claro	0,737
Itaboraí	0,737
Natividade	0,736
Santa Maria Madalena	0,734
Bom Jardim	0,733
Cambuci	0,733
Miracema	0,732
Queimados	0,732
Quissamã	0,732
Silva Jardim	0,731
Porciúncula	0,730
Japeri	0,724
Italva	0,724
Trajano de Moraes	0,723
São Sebastião do Alto	0,723
São João da Barra	0,723
Tanguá	0,722
São José do Vale do Rio Preto	0,720
Paty do Alferes	0,718
São José de Ubá	0,718
Duas Barras	0,712
Sumidouro	0,712
Laje do Muriaé	0,710
Cardoso Moreira	0,706
São Francisco de Itabapoana	0,688
Varre-Sai	0,679

O município de Mesquita não entrou no levantamento, pois foi criado ao final de 1999.

Fonte: PNUD (2000)